



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado Deputada

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD - REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado Deputado

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Chereim	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Thiago Cota	PMB	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PMB
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PMB	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PMB	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Chereim	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM	
Deputada João Alberto	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado	PCdoB - BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Thiago Cota	PMB
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.-BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/4/2015

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da Comissão de Minas e Energia; os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater o iminente aumento na tarifa de energia elétrica, sua forma de composição, as ações implementadas pelo governo do Estado para diminuição da alíquota do ICMS incidente, bem como seu impacto para os consumidores mineiros, e ainda a discutir e votar proposições das comissões. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Christiane Pedersoli, analista da Assessoria Jurídica do Procon Estadual, representando o coordenador, e Solange Medeiros de Abreu, coordenadora institucional do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, representando a presidente; e os Srs. Weliton Prado, deputado federal; Ronalde Xavier Moreira Júnior, gerente de Tarifas da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando o presidente; Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Análise Legislativa da Cemig; e Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem



ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/6/2015

Às 14h29min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva e João Vítor Xavier, membros da Comissão Extraordinária das Águas. Está presente, também, o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a preservação de suas nascentes e, em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Luciana Aguiar de Souza Lima, analista de Recursos Hídricos, representando o Sr. Brunno do Carmo Silva, diretor de Meio Ambiente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG; Simone Alvarenga Borja Bottrel, presidente da Arca Amaserra; e Beatriz Vignolo Silva, presidente da ONG Abrace a Serra da Moeda; e os Srs. Marcus Vinicius de Freitas, gerente do Parque do Rola-Moça, representando Henri Dubois Collet, diretor de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Waldir Silva Salvador de Oliveira, superintendente da C Sul; Paulo Tarso Amorim Castro, professor da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto; e Christian Wagner, membro da Arca Amaserra, que são convidados a tomar assento à mesa. Os deputados Iran Barbosa e Fred Costa, coautores do requerimento que deu origem ao debate, fazem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O presidente suspende o debate e prorroga o horário da reunião por 30 minutos. Segue-se mais discussão. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Iran Barbosa, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA, DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da Comissão de Minas e Energia; os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os deputados Iran Barbosa, Doutor Jean Freire e Gil Pereira (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da Comissão Extraordinária das Águas. Está presente, também, o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a crise hídrica no Estado de Minas Gerais com foco na gestão dos recursos hídricos, na sua utilização pela indústria e para fins de abastecimento público e ainda a discutir e votar proposições das comissões. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do



Ambiente – Amda; e Ana Paula Mello, coordenadora da Assessoria de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando seu presidente; e os Srs. Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Wagner Soares Costa, gerente de Meio Ambiente da Fiemg, representando o presidente dessa instituição; Márley Caetano de Mendonça, diretor do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, representando a diretora-geral do órgão; Gilson de Carvalho Queiroz Filho, diretor de Operação Norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, representando a presidente da empresa; Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, representando o diretor-geral dessa instituição; e Luis Márcio Vianna, relações institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, representando seu presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Celinho do Sinttrocel e Doutor Jean Freire, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/8/2015

Às 16 horas, comparece no Cead-UFV, em Viçosa, o deputado Paulo Lamac, membro das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Política Agropecuária e Agroindustrial, substituindo, nesta última, o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por tratar-se a primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater os avanços ligados à tecnologia e à inovação na produção de produtos laticínios no Estado e apresentar os ganhadores mineiros da 41ª edição do Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa, e Regina Célia Santos Mendonça, chefe do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, e os Srs. João Cruz Reis Filho, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Junio César de Paula, professor e pesquisador, representando o Sr. Rui da Silva Verneque, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Antônio Fernandes de Carvalho, professor, representando o Sr. Ítalo Tuler Perrone, professor, e Luiz Eduardo Dias, diretor-presidente da Fundação Artur Bernardes, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/9/2015

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis (substituindo o deputado Tony Carlos, por indicação da liderança do BMM) e Geisa Teixeira, membros das Comissões de Minas e Energia e de Assuntos Municipais e Regionalização. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se



destina a debater, em audiência pública conjunta, o Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores e a discutir e votar proposições das comissões. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sônia Maria Costa Greco, superintendente de Política Mineral, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; e os Srs. Ivan Garcia, chefe do Serviço de Extensionismo do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – em Minas Gerais, representando o superintendente substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral; Luís Márcio Viana, relações institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, representando seu presidente; e Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário de Trabalho e Emprego, representando o secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra à deputada Geisa Teixeira. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos deputados Bosco e Fred Costa. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da Comissão de Segurança Pública; os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões. A presidência informa que a reunião se destina a discutir crimes de ordem econômica, formação de quadrilha e fraude na medição das bombas dos postos de combustíveis no Estado, prejudicando sobremaneira o consumidor mineiro e infringindo o ordenamento jurídico, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Violeta Guimarães Pereira, advogada do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas Gerais – Minaspetro; e Sílvia Helena Freitas Mafuz, delegada especializada em Defesa do Consumidor; e os Srs. Roberto Jonas Saldys, chefe do escritório de Belo Horizonte da Agência Nacional do Petróleo, representando a Sra. Magda Chambriard, diretora-geral dessa agência; João Bosco Rodrigues, diretor de Metrologia Legal do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG, representando o Sr. Fernando Antônio França Sette Pinheiro, diretor-geral desse instituto; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Carlos Eduardo Mendes Guimarães Júnior, presidente do Minaspetro; e Renato Froes, promotor de justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/2/2016

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Rogério Correia (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do PT) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado

Ivair Nogueira, por indicação da liderança do PMDB), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (4), publicados no *Diário do Legislativo* em 18/12/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.554, 1.557, 1.558, 2.039 e 2.342/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.840, 4.841, 4.842 e 4.843/2015, já recebidos em reunião anterior.

Recebidos e submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.862/2016, dos deputados Rogério Correia, Professor Neivaldo e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a programação das nomeações dos servidores da educação aprovados nos concursos públicos, em vigência, de 2011 e 2014;

nº 4.864/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o risco de descredenciamento da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – como universidade.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.863/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado pedido de providências para a Secretaria de Estado de Educação solicitando a volta do cargo de vice-diretor nos quadros pessoais dos centros estaduais de educação continuada – Cesecs.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2016.

Douglas Melo, presidente – Professor Neivaldo – Rogério Correia.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta e Agostinho Patrus Filho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a grave denúncia em desfavor da delegada Cleide Oliveira Fiorillo, que responde pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, segundo a qual ela, sem comparecer à delegacia, liberou por telefone dois indivíduos presos em flagrante pela Polícia Militar, que voltaram a cometer delitos; apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (12) (13/1/2016); ofícios dos Srs. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de Polícia Civil (13/1/2016) e Paulo Cezar Mourão Almeida, juiz de direito da Comarca de Ipatinga (4/2/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.845 a 2.847, 2.868, 2.884/2015 e 3.722/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de

proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.865 a 4.872/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.873/2016, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o aumento do índice de criminalidade e de violência no Município de Itamarandiba e região;

nº 4.875/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a segurança na região de Venda Nova, em Belo Horizonte;

nº 4.877/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a segurança no Bairro Santo Antônio e região, em Belo Horizonte;

nº 4.878/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao Ministério Público de Minas Gerais para tratar a respeito da segurança na região da Praça do Papa, em Belo Horizonte;

nº 4.880/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a emissão dos certificados de registro de armas de fogo - Craf - de policiais e bombeiros militares, tendo em vista que a compra de armas e munições foi realizada em 2014 através do Plano Permanente de Aquisição de Armas de Fogo das corporações, mas até o momento o Craf não foi expedido pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar;

nº 4.902/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir o funcionamento da boate Fênix, em Ipatinga, onde já ocorreram vários assassinatos atribuídos a traficantes, em razão da disputa pelo controle do tráfico;

nº 4.903/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da audiência pública realizada no dia 11/2/2016, que debateu as corridas e os *shows* realizados na região da Praça do Papa sem autorização prévia do órgão competente, a todos os convidados da reunião que não estiveram presentes;

nº 4.904/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir o transtorno que o tráfego de aviões bimotores no Aeroporto Carlos Prates causa aos moradores dos bairros no seu entorno;

nº 4.907/2016, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para melhoria da sinalização de trânsito na Rodovia MG-040, com indicação das entradas para o Instituto Inhotim, para o Município de Betim e para o Estado de São Paulo;

nº 4.908/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação da segurança pública no Estado durante o Carnaval de 2016, tendo em vista o grande número de ocorrências nos Municípios de Ouro Preto e Itabirito;

nº 4.909/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Coronel Fabriciano para debater e reivindicar as medidas cabíveis para enfrentar o aumento do índice de criminalidade na região, principalmente em virtude do tráfico de drogas;

nº 4.910/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as providências necessárias em face do pequeno efetivo designado para atuar na Área Integrada de Segurança Pública localizada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, uma vez que apenas dois policiais militares, sem auxílio da Polícia Civil no local, são escalados por turno de serviço;

nº 4.911/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as providências necessárias diante da notícia de que o Sr. Fernando Pimentel, do PT, governador do Estado, estaria escalando policiais militares para fazer sua segurança e a de sua esposa.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Área Integrada de Segurança Pública instalada no Bairro Serra, nesta Capital, para conhecer a estrutura do local e a forma de trabalho ali desenvolvido, realizada em 4/2/2016, que segue publicado



após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra Karina Conrado de Souza, escritã da 26ª Delegacia de Polícia Civil de Rio Casca; e os Srs. Salvim Ferreira Neto, vice-presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom, representando o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente; capitão Cléber Ribeiro, diretor executivo da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; cabo Berlinque Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM, representando o 3º Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente; Carlos Henrique Batista Júnior, advogado institucional do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o cabo BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente; Bertone Tristão, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais; Fábio Piló, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.912/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Professor Neivaldo, Cabo Júlio e João Leite, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Karina Conrado de Souza, escritã de polícia, pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil e à Comissão de Segurança Pública desta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Professor Neivaldo – Cabo Júlio.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: Área Integrada de Segurança Pública do Aglomerado da Serra

Apresentação

A requerimento dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 4/2/2016, a Área Integrada de Segurança Pública – Aisp –, localizada no Aglomerado da Serra, para verificar, *in loco*, as condições de trabalho dos policiais, bem como os recursos logísticos disponíveis.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues, presidente da comissão, e João Leite, vice-presidente, que foram acompanhados pelo delegado regional Frederico Raso Lopes Abelha, responsável pela região Centro-sul de Belo Horizonte, e Peterson Queiroz Araújo, promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco.

Relato

A comissão deslocou-se até a Aisp sendo escoltada por guarnição policial pertencente ao 22º Batalhão da Polícia Militar, ante a situação de conflito violento existente no Aglomerado da Serra nas últimas semanas.

Na Aisp, a comissão foi recebida pelo Ten. PM Mauro Lúcio da Silva, comandante do Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco – Gepar – que atua no Aglomerado da Serra, a quem o deputado Sargento Rodrigues esclareceu que o objetivo da visita era conhecer as condições de trabalho dos policiais, bem como avaliar os recursos logísticos disponíveis. O parlamentar ressaltou que, apesar de aprovada desde o final do ano passado, o momento mais propício para sua realização era aquele, haja vista a situação de conflito armado que ocorre atualmente no Aglomerado da Serra.



O Ten. PM Mauro Lúcio da Silva esclareceu que desde o final do ano de 2015 a delegacia da Polícia Civil não funciona nas dependências da Aisp, trabalhando no edifício apenas policiais militares. Segundo ele, o efetivo policial é de dois militares por turno de oito horas de serviço, durante o dia, e de três policiais no turno noturno. De acordo com o militar, o Aglomerado da Serra estaria pacificado nos últimos dois anos por suposto acordo entre os marginais que controlam o tráfico de drogas na região, não sabendo explicar o motivo dos eventos ocorridos nas últimas semanas. Ressaltou que as gangues que atuam no Aglomerado são monitoradas pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar.

O delegado regional Frederico Raso Lopes Abelha confirmou que realmente não há delegacia da Polícia Civil atuando na Aisp do Aglomerado da Serra. Ressaltou que a Polícia Civil realiza incursões mensais no local no intuito de cumprir mandados de prisão pendentes; contudo, segundo ele, a geografia do Aglomerado permite a fácil detecção das autoridades policiais, comprometendo o êxito dessas operações.

O promotor de justiça Peterson Queiroz Araújo ressaltou que o Ministério Público atua em situações como as que estão ocorrendo no Aglomerado, contudo é necessária uma prévia investigação por parte da Polícia Civil para que fundamentos jurídicos relevantes sejam encaminhados ao Ministério Público para que seja requerida a expedição de mandados de prisão em desfavor dos investigados.

No local, a comissão apurou o seguinte: denúncias sobre falta de abastecimento de água na Aisp; falta de viaturas policiais, acarretando a realização de patrulhamento a pé; durante confronto com marginais armados, o armamento de um dos militares teria falhado em três oportunidades, ao tentar efetuar disparo de arma de fogo; o baixo efetivo policial e a falta de viatura policial disponível comprometem a realização de horário de almoço e jantar dos militares ali empenhados.

O deputado Sargento Rodrigues ressaltou a ausência do comando da Polícia Militar na região do Aglomerado, haja vista que o Ten. Mauro Lúcio não tem poderes de comando estratégico-operacional. Segundo o entendimento do parlamentar, dada a ausência da Polícia Civil no local, o local visitado não constitui Área Integrada de Segurança Pública. afirmou, ainda, que a ausência da Polícia Civil prejudica o combate à criminalidade violenta e compromete resolução do problema vivido atualmente no Aglomerado da Serra. Acerca do efetivo, o parlamentar ressaltou que a Aisp possui menos militares que um destacamento da Polícia Militar, que é a fração mínima na repartição do contingente policial no Estado. afirmou que a criminalidade teria aumentado no Aglomerado devido aos baixos efetivos policiais civil e militar. Além disso, o parlamentar ressaltou que a troca do Comando de Policiamento Especializado – CPE – no final do ano passado, com a transferência do Cel. Ricardo Garcia Machado, em muito prejudicou o policiamento na localidade, pois as incursões policiais para combater a criminalidade violenta atualmente não são realizadas com a devida frequência. Asseverou que, em caso de eventual ataque às dependências da Aisp, será impossível que os militares ali lotados se defendam. Por fim, ressaltou que o aumento do efetivo na Aisp é medida imperiosa e urgente, sob pena de risco da segurança e da integridade física tanto da população local quanto dos militares ali lotados.

O deputado João Leite afirmou que a retirada da Polícia Civil da Aisp localizada no Aglomerado da Serra demonstra um desmanche do planejamento policial que operava em Minas Gerais nos últimos anos, haja vista que a existência das Áreas Integradas de Segurança Pública representa importante modelo de combate à criminalidade violenta.

Conclusão

A comissão apurou que a Aisp do Aglomerado da Serra não pode ser considerada uma Área Integrada de Segurança Pública, haja vista a presença apenas da Polícia Militar no local. Além disso, a comissão constatou a deficiência do efetivo policial, civil e militar, que atua no Aglomerado, a qual acarretaria o aumento da criminalidade que culminou nos eventos violentos das últimas semanas.

Sala das Comissões, 16 de fevereiro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite, vice-presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no Município de Mariana. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 4/2/2016: ofícios do Ten.-Cel PM Ronilson Sales, secretário executivo da Defesa Civil; e do Sr. Paulo Sérgio Costa, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral. A presidência designa relator da visita realizada em 1º/2/2016 aos Distritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues e ao Município de Barra Longa ao deputado Gustavo Valadares. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.874/2016, do deputado Noraldino Júnior, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Município de Barra Longa, atingido pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos do Distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, para apurar a situação dos animais desse local;

nº 4.876/2016, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja realizada avaliação imediata do índice de segurança das barragens de rejeito de mineração situadas na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, a montante do Sistema Rio Manso, e, em especial, as do Complexo Minerário Serra Azul; e que sejam paralisadas as barragens de rejeitos a montante dos reservatórios de Rio Manso e Serra Azul;

nº 4.882/2016, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o licenciamento para operações de extração de minério das Mineradoras Tejuca e Mineral do Brasil, localizadas no Município de Brumadinho;

nº 4.883/2016, do deputado Rogério Correia e do deputado João Alberto, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja realizado levantamento técnico completo sobre o conjunto de impactos produzidos em termos de rebaixamento dos lençóis freáticos na Bacia do Rio Paraopeba, em razão da adoção da tecnologia de abertura de cavidades por parte das empresas mineradoras;

nº 4.885/2016, do deputado Rogério Correia e do deputado João Alberto, em que solicitam seja encaminhada ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Superintendente da Supram Central, aos Ministérios Públicos Federal e Estadual e à força-tarefa do governo de Minas Gerais que avalia o rompimento da barragem da Samarco cópia do documento intitulado *Situação das barragens de rejeitos existentes na Bacia do Paraopeba*, que foi tema de audiência pública em Brumadinho, produzido pelo Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – Cibapar –;

nº 4.887/2016, do deputado Gustavo Valadares, da deputada Celise Laviola, do deputado Wander Borges, do deputado Paulo Lamac e do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja realizada audiência de convidados para ouvir a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – sobre a qualidade das águas da Bacia do Rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração;

nº 4.888/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que sejam nomeados defensores públicos para a comarca do Município de Mariana e dos demais municípios



atingidos pelo rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração nos quais a presença da Defensoria Pública seja deficiente;

nº 4.889/2016, dos deputados Agostinho Patrus Filho, Paulo Lamac, Gustavo Valadares, Wander Borges, Cássio Soares, Glaycon Franco e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à celeridade na conclusão dos laudos relativos às edificações, em particular as residenciais, em que sejam também abrangidos os prédios comerciais atingidos pelos rejeitos do rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração, priorizando-se o Município de Barra Longa, tendo em vista que o ressarcimento e eventuais reassentamentos dos atingidos dependem desses laudos conclusivos;

nº 4.891/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração S.A. pedido de providências para que se efetue o pagamento imediato e retroativo dos custos operacionais das Associações Produtivas de Produção Leiteira das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no Município de Mariana;

nº 4.893/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos estudos de avaliação do impacto socioeconômico decorrente do rompimento da Samarco Mineração, sob responsabilidade do Ministério Público de Minas Gerais;

nº 4.894/2016, dos deputados Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Governador Valadares para debater os impactos, para os trabalhadores, da tragédia ocorrida na barragem de Fundão, tendo em vista a solicitação do movimento Mundo do Trabalho Contra a Precarização;

nº 4.896/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Fundação SOS Mata Atlântica pedido de informações consubstanciadas em estudo feito sobre a qualidade da água no Rio Doce, contaminado por rejeitos de minério da Barragem de Fundão, da Samarco, em 5/11/2015;

nº 4.898/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita às barragens do Complexo Germano, da Samarco Mineração, no Município de Mariana;

nº 4.899/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência de convidados, para debater o licenciamento ambiental da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração;

nº 4.901/2016, dos deputados Gil Pereira, Bonifácio Mourão, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Rogério Correia, Wander Borges e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada visita à Mina Ferro Mais, no Município de Ouro Preto, para que se conheçam o processo e os equipamentos utilizados pela empresa para o reaproveitamento de resíduos, que eliminam o uso de barragens de rejeitos em minerações;

nº 4.905/2016, dos deputados Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Valadares e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências solicitando que as iniciativas referentes às Comarcas de Mariana e de Ponte Nova, que englobam os Municípios de Mariana, Barra Longa e os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo relativas a danos socioeconômicos sejam mantidas no âmbito de atuação do Ministério Público de Minas Gerais, nas Promotorias de Justiça dessas comarcas, não integrando as negociações em curso com as empresas Samarco, Vale e BHP concernentes ao rompimento da barragem do Fundão;

nº 4.906/2016, dos deputados Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Valadares e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Advocacia-Geral da União pedido de providências para que as iniciativas referentes às Comarcas de Mariana e de Ponte Nova, que englobam os Municípios de Mariana, Barra Longa e os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo relativas a danos socioeconômicos sejam mantidas no âmbito de atuação do Ministério Público de Minas Gerais, nas Promotorias de Justiça dessas comarcas, não integrando as negociações em curso com as empresas Samarco Mineração, Vale e BHP concernentes ao rompimento da Barragem do Fundão.



Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública ou audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ellen Dutra de Oliveira, atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração; e os Srs. Felipe Faria de Oliveira, promotor de justiça, representando Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça coordenador-geral das Promotorias de Meio Ambiente por Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais; Roger Lima de Moura, chefe da Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais; Rodrigo Macedo de Bustamante, delegado Regional de Polícia Civil de Ouro Preto; Francisco Chaves Generoso, promotor de justiça do Ministério Público de Minas Gerais; José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa Rio Doce, do Ministério Público Federal; e Jorge Munhos, procurador da República. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao demais autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de 17/2/2016, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Gustavo Valadares – Rogério Correia – Celise Laviola – Bonifácio Mourão – Tito Torres.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e João Leite (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.897, 3.095 e 3.101/2015, em turno único, dos quais designou como relator o deputado Geraldo Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.010/2015 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira), 2.897/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta) e 3.020/2015 (relator: deputado Anselmo José Domingos), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 609, 1.598, 1.908, 2.070, 2.589, 2.591, 2.682, 2.707, 2.708, 2.746, 2.758, 2.768, 2.885, 2.964 e 2.976/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.884/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a parceria público-privada firmada entre o governo do Estado e a Minas Arena para gerir o Mineirão;

nº 4.886/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Bosco, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a Lei Federal nº 11.438, de 29/12/2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter esportivo e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Antônio Carlos Arantes – Geraldo Pimenta.

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Ivair Nogueira e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Retiram-se do recinto os deputados Ivair Nogueira e Luiz Humberto Carneiro. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado adjunta da Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/12/2015) e dos Srs. Agostinho Fernandes Silveira, presidente da Transcon (17/12/2015) e Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de Justiça e Leonardo Duque Barbarela, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (4/2/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 15/2015 (Gustavo Corrêa) e 1.765/2015 (Gustavo Valadares), ambos no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 15/2015 (relatora: deputada Cristina Corrêa, em virtude de redistribuição) e 1.765/2015 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho, em virtude de redistribuição), ambos na forma do vencido em 1º turno. Neste momento, retira-se do recinto a deputada Cristina Corrêa e registra-se a presença do deputado Cristiano Silveira. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 2.790/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição). Suspende-se a reunião. Às 15h36min, são reabertos os trabalhos e registram-se as presenças dos deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Cristiano Silveira, membros da comissão. Estão presentes também os deputados Bosco, Sargento Rodrigues e Tito Torres. A presidência designa como relator do Projeto de Lei nº 3.173/2015, no 1º turno, o deputado Cabo Júlio. Submetido a discussão e votação, o projeto é aprovado com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.515/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.800/2015. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.918/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência de convidados para que o secretário de Estado de Planejamento e Gestão preste esclarecimentos sobre o pagamento dos servidores do Executivo relativo ao mês de dezembro de 2015, realizado no dia 13/1/2016, habitualmente pago no 5º dia útil do mês, e sobre as perspectivas para quitação da folha de pagamento nos próximos meses do corrente exercício;

nº 4.919/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência de convidados com os membros da comissão criada por meio do Decreto NE nº 17, de 20/1/2016, destinada a promover estudos relativos a encaminhamentos jurídicos para enfrentar as consequências decorrentes da declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, para apresentarem o escopo e andamento dos trabalhos já executados;



nº 4.920/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater supostas irregularidades no pagamento de diária aos militares escalados para o policiamento de Carnaval nas cidades históricas do Estado;

nº 4.921/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater supostas irregularidades na retenção do pagamento de férias-prêmio devidas aos militares que passaram para a inatividade;

nº 4.922/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à diretora do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações quanto ao fundamento legal e autorizativo dos atos administrativos perpetrados pelo Sr. Rodrigo Campos Comini, chefe da Sessão de Controle de Clínicas, os quais ensejaram prejuízos financeiros a diversos interessados em adição e mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação – CNH;

nº 4.923/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para a adoção de medidas cabíveis quanto aos atos de violação ao direito subjetivo perpetrados pelo governador do Estado, notadamente em relação ao atraso e parcelamento do salário dos servidores públicos e o não pagamento de vantagens pecuniárias, como quinquênio, abono-permanência, férias-prêmio, entre outras asseguradas em lei.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, às 18h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Agostinho Patrus Filho – Rogério Correia – Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.173/2015, do qual designou como relator o deputado João Alberto. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado João Alberto). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária marcada para hoje, 16/2/2016, às 18 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais – Antônio Jorge – João Alberto – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/2/2016

Às 15h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Tito Torres e Agostinho Patrus Filho, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Cabo Júlio, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião. Às 15h32min suspende-se a reunião. Às 15h50min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados



Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Tito Torres, Felipe Attiê e Agostinho Patrus Filho, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues. O deputado Tito Torres retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2015 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Vanderlei Miranda). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião de hoje, às 18h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Thiago Cota – Professor Neivaldo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Paulo Lamac e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do PT), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (12 e 18/12/2015); e Elizabeth Abi-Mershed, secretária executiva adjunta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (27/1/2016); e dos Srs. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça; Alberto Diniz Júnior, desembargador da 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça; Jesualdo Pereira Farias, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (17/12/2016); Hervaldo Sampaio Carvalho, superintendente do Hospital Universitário de Brasília; Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Defesa Social; Juliano Alexandre Ferreira, procurador do Trabalho no Município de Patos de Minas (13/1/2016); do Cel. PM William Soares Sobrinho, da Corregedoria da Polícia Militar; Gabriel dos Santos Rocha, secretário adjunto de Direitos Humanos (27/1/2016); Bruno Tasca Cabral, chefe de gabinete da Chefia da Polícia Civil (28/1/2016); Leonardo Cardoso Barros, secretário adjunto da Administração Regional Municipal Venda Nova; Geraldo Melo Corrêa, chefe de gabinete da Fundação Nacional de Saúde; Fernando Antônio Couto Maria, técnico do Seguro Social da Assessoria de Benefícios da Superintendência Regional Sudeste II do INSS (4/2/2016); e Roberto Rezende, corregedor da Guarda Municipal de Belo Horizonte (13/2/2016). Registra-se a presença do deputado Professor Neivaldo. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.594/2015, em turno único, do qual designou relator o deputado Paulo Lamac. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.753/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira), 2.941/2015 (relator: deputado Paulo Lamac), e 2.961/2015 (relator: deputado Carlos Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o Requerimento nº 3.549/2015 e rejeitado o Requerimento nº 3.559/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.949/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.925/2016, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Maj. PM Alex Augusto Chinelato, ao Cap. PM Marcelo Ribeiro Vilas Boas, ao 1º-Ten. da Brigada Militar Leonard de Castro Farah, ao 2º-Sgt. da Brigada Militar Wesley Bernardes Faria, ao 3º-Sgt. da Brigada Militar Willian Lopes Tristão, ao Cb. da Brigada Militar Henrique Santos Perpétuo, aos integrantes da Cia. de Busca e Salvamento e aos integrantes da esquadrilha Pegasus pela



ação no salvamento dos moradores do Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, em 5/11/2015, em virtude do rompimento da Barragem do Fundão;

nº 4.926/2016, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as reformas urbanas necessárias no Estado;

nº 4.927/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater sobre a denúncia de agressão da Polícia Militar aos foliões do Bloco da Bicicletinha, na noite de 4/2/2016, conforme solicitação do Sr. Pedro Patrus, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

nº 4.928/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a possível violação de direitos humanos ocasionada pela não conclusão do Inquérito Civil nº 060/10, que apura homicídio ocorrido no Município de Ribeirão das Neves;

nº 4.929/2016, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil do Estado pedido de providências para a conclusão do Inquérito Civil nº 060/10, em curso na 10ª Delegacia Especializada de Homicídios de Ribeirão das Neves, que investiga a ocorrência de grave homicídio nesse município;

nº 4.930/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Jaíba, à diretoria da Copasa-MG e à Coordenadoria Regional da Funasa no Estado pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de projetos para que mais de 3 mil famílias residentes no Município de Jaíba recebam água tratada;

nº 4.931/2016, dos deputados Cristiano Silveira, Paulo Lamac, Doutor Jean Freire e Professor Neivaldo, em que solicitam sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Militar e à Coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAODH – pedidos de providências para apuração de denúncias de atuação ilícita e prática de tortura no Município de Bueno Brandão, instruído com documentos apresentados e trecho das notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 17/2/2016, em que consta o relato do denunciante.

A presidência, nos termos do § 4º, do art. 131, do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir Luciano Antunes Ferreira, que apresentou denúncia contra policiais militares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Cristina Corrêa – Professor Neivaldo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Bosco, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião extraordinária da comissão na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Vandir Santos, cidadão, em que relata os problemas ambientais no Município de Nova Lima e questiona a atuação dos órgãos ambientais do Estado diante desses problemas. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça (17/12/2015), Vítor Valverde, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (17/12/2015), Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e Relações

Institucionais (19/12/2015), Renata Batista Ribeiro, diretora de Gestão das Denúncias Ambientais, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (13/1/2016), Alex Moura de Souza Aguiar, diretora técnica e de expansão da Copasa-MG (27/1/2016), e Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Copasa-MG (28/1/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.552, 3.553, 3.555, 3.556, 3.557 e 3.558/2015; 3.651 a 3.655 e 3.717/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.935, 2.944 e 2.963/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.839/2015, do deputado Sargento Rodrigues. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.936/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Sarzedo para debater sobre o lixo tóxico trazido de São Paulo;

nº 4.937/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Sarzedo, para debater sobre a transferência de resíduos industriais tóxicos da multinacional francesa Rhodia do polo petroquímico de Cubatão (SP) para a empresa Ecovital, em Sarzedo, a fim de serem incinerados;

nº 4.938/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a transferência interestadual de resíduos químicos, oriundos da baixada santista, no Estado de São Paulo, produzidos pela fábrica Rhodia em Cubatão, entre as décadas de 1960 e 1990, para serem incinerados no Município de Sarzedo;

nº 4.940/2016, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de providências para que não seja concedido licenciamento ambiental para a exploração, pela empresa DBP Mineração Ltda., de área no Município de Sete Lagoas que constitui reserva legal e possui cavernas, sob pena de causar um dano irreparável para a região;

nº 4.946/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada visita técnica à Promotoria de Justiça em Ibirité para discussão sobre os resíduos tóxicos descartados em Sarzedo;

nº 4.947/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para garantir os recursos necessários para os projetos e obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário no Bairro Quintas do Jacuba, no Município de Contagem;

nº 4.950/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência com convidados para debater as intervenções em saneamento básico no Município de Esmeraldas;

nº 4.951/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater os danos ambientais e patrimoniais que a possível instalação de um aterro sanitário na comunidade de Quilombo, no Município de Divinópolis, causaria às comunidades de Quilombo, Choro, Costas, entre outras;

nº 4.953/2016, do deputado Fábio Avelar, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a instalação de aterro sanitário particular da empresa Viasolo Engenharia Ambiental S.A. na comunidade de Quilombo, no Município de Divinópolis;

nº 4.954/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de providências para realizar rigorosa fiscalização e apuração do incidente ocorrido no aterro sanitário de Mimoso, no Município de Montes Claros, que resultou na poluição de córregos por chorume, atingindo importantes mananciais e levando risco à população;



nº 4.957/2016, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada audiência de convidados, com a participação de representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, para apresentar os resultados obtidos em 2015 e os desafios do governo para o ano de 2016 relativos à política ambiental no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2016.

Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Marília Campos – Dilzon Melo.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Glaycon Franco, Douglas Melo e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.436/2015.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.932/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência de convidados, com a presença do secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, para apresentação da versão final do relatório com o levantamento global dos danos materiais, ambientais, econômicos e humanos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, no Município de Mariana, em novembro de 2015;

nº 4.933/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no envio de cópia dos resultados, ainda que preliminares, do inquérito que apura o rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, ocorrido no dia 5/11/2015, em particular no tocante ao Plano de Ação Emergencial de Barragens da Samarco;

nº 4.934/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Ponte Nova pedido de providências para a inclusão, em caráter permanente, dos representantes dos moradores de Barra Longa atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, em discussões, encontros e rodadas de negociação relativos à reparação e ao ressarcimento de danos e perdas nesse município;

nº 4.935/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Barra Longa pedido de providências para a inclusão, em caráter permanente, dos representantes dos moradores de Barra Longa atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração, em discussões, encontros e rodadas de negociação relativos à reparação e ao ressarcimento de danos e perdas resultantes do acidente;

nº 4.939/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja realizada visita às Lagoas das Codornas, dos Ingleses e do Miguelão, localizadas entre os Municípios de Nova Lima, Itabirito e Rio Acima, e ao Complexo Minerário ITM Vargem Grande, da Vale, em razão de desastres ambientais ocorridos na localidade;

nº 4.941/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o desastre ambiental ocorrido na Lagoa das Codornas



em virtude do despejo de toneladas de minério nos meses de abril e dezembro de 2015, para esclarecimentos referentes aos danos causados, às medidas tomadas e às sanções aplicadas à empresa por esse órgão;

nº 4.942/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no envio da relação das barragens que se romperam nos últimos 48 meses no Estado, informando os municípios onde se encontram e os nomes das empresas responsáveis;

nº 4.944/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja realizada audiência de convidados para debater os dados levantados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o andamento das investigações realizadas pela Polícia Civil diante do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, com a presença do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do delegado responsável pelo inquérito policial;

nº 4.945/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações sobre o levantamento dos dados dos atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, com vistas a esclarecer os critérios adotados para definir quem são; como estão sendo feitas as pesquisas para sua identificação e o dimensionamento dos impactos na vida de cada um deles; quais instrumentos estão sendo utilizados para esse levantamento e se as pesquisas estão seguindo as disposições do Comitê de Ética da Associação Brasileira de Antropologia;

nº 4.948/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado pedido de informações sobre o montante gasto do total de um bilhão de reais, sendo quinhentos milhões em dinheiro e quinhentos milhões em bens dados em garantia, disponibilizados no âmbito do termo de ajustamento de conduta preliminar voltado para as medidas emergenciais socioambientais firmado entre o Ministério Público e a Samarco Mineração, com a descrição dos gastos, se houver;

nº 4.949/2016, da deputada Celise Laviola e dos deputados Cássio Soares, Wander Borges, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Cemig e à Copasa-MG pedido de providências para a concessão de isenção de tarifas públicas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento hídrico e esgotamento sanitário, por um prazo de 180 dias, para todas as unidades residenciais e comerciais consumidoras dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento das barragens do complexo minerário da Samarco Mineração, conforme inventário atualizado de municípios atingidos elaborado pela Defesa Civil;

nº 4.952/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a existência de denúncias ou relatórios de presença de problemas técnicos na Barragem do Fundão, à época da renovação de sua licença de operação, em 2013;

nº 4.955/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça pedido de informações consubstanciadas em cópia do documento que relaciona as considerações e os óbices à revalidação, pelo Conselho de Política Ambiental – Copam –, em 2013, da licença de operação da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração;

nº 4.958/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência de convidados com a presença dos ex-funcionários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente responsáveis por assinar documentos autorizativos para o funcionamento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração;

nº 4.960/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência de convidados, com a presença de representantes da Polícia Civil e da Polícia Federal, para prestarem informações sobre o andamento das investigações relativas ao rompimento da barragem de rejeitos do complexo minerário do Fundão, da Samarco Mineração, e do Sr. Joaquim Pimenta de Ávila, engenheiro, para prestar esclarecimentos sobre as informações constantes em seu depoimento à Polícia Federal;



nº 4.961/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – pedido de informações sobre as vistorias realizadas na ITM Vargem Grande, usina da Vale localizada entre os Municípios de Nova Lima, Itabirito e Rio Acima;

nº 4.962/2016, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita à Superintendência da Pesca e da Agricultura em Minas Gerais com a finalidade de debater o conjunto de ações empreendidas, bem como a estrutura de governança, no tocante ao setor produtivo pesqueiro, referente aos impactos produzidos pelo evento do rompimento da barragem da Samarco Mineração;

nº 4.963/2016, dos deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada visita ao Distrito de Cachoeira Escura, no Município de Belo Oriente, em razão da audiência pública que a Câmara Municipal realizará, em 2/3/2016, para debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração;

nº 4.966/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Sra. Diva Malerbi, ministra do Superior Tribunal de Justiça, pedido de providências solicitando apoio ao pedido de reconsideração do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – em relação à decisão desse tribunal que determinou a competência da Justiça Federal para processar e julgar as ações coletivas decorrentes do rompimento da barragem da Samarco Mineração, de modo que as ações tramitem perante os juízos competentes da Justiça Estadual, em especial na Comarca de Governador Valadares;

nº 4.968/2016, dos deputados Agostinho Patrus Filho e Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada audiência de convidados para ouvir o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Pesada de Minas Gerais – Siticop-MG;

nº 4.971/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações consubstanciado em relatório e cópia dos contratos das empresas que trabalham hoje na área da Barragem de Germano, com como as tarefas e ações que estão sendo realizadas;

nº 4.975/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social pedido de informações consubstanciado em Relação Anual de Informações – Rais – dos anos de 2014 e 2015 das empresas 3T Engenharia, Skava Construções, Vix Logística, Integral Engenharia, Tecnosolo e Manserve, com o objetivo de se ter o perfil dos trabalhadores da Barragem de Germano;

nº 4.976/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Crea-MG pedido de informações consubstanciado em cópia dos projetos técnicos e dos Registros de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – das empresas 3T Engenharia, Skava Construções, Vix Logística, Integral Engenharia, Tecnosolo, Engesolo e Manserve para o trabalho na Barragem de Germano;

nº 4.977/2016, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Conselho de Política Ambiental – Copam – pedido de informações consubstanciado em cópia da ata da reunião que revalidou, em 2013, a licença de operação da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, e das atas de outras reuniões do Copam em que o tema tenha sido debatido.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Bonifácio Mourão – Celise Laviola – Rogério Correia.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016

Às 16h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, Antônio Carlos Arantes e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Bosco. Havendo



número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2016.

Isauro Calais, presidente – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Cristiano Silveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/2/2016

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião ordinária da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Andrea Mendes de Souza Abood, coordenadora de Administração de Trânsito do Detran-MG (27/1/2016); e Rafaela Gigliotti, diretora do Detran-MG (27/1/2016); e dos Srs. Mauro Borges Lemos, presidente da Cemig (13/1/2016); Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia (13/1/2016); e Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça (4/2/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nº 50/2015 e 238/2015, na forma dos Substitutivos nº 1, apresentados pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.980/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o crédito consignado para negativados, oferecido por diversas instituições financeiras;

nº 4.982/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a ilegalidade da cobrança de tarifa para uso dos banheiros em rodoviárias;

nº 4.983/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a legitimidade de o consumidor desistir da compra do automóvel quando a concessionária atrasa de forma desmesurada a entrega do bem, além da prática ilegal de retenção do valor já pago pelo consumidor;

nº 4.985/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a legitimidade de o consumidor desistir da compra do imóvel nos casos em que a construtora atrasa de forma desmesurada a entrega do bem, além da retenção de parte dos valores já pagos pelo consumidor;

nº 4.989/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Petróleo – ANP – pedido de informações a respeito da redução do número de amostras de combustíveis nos postos do Estado, especificando: se a redução da coleta comprometerá a análise da qualidade dos combustíveis; quais providências estão sendo tomadas para que a qualidade dos combustíveis seja mantida e para coibir fraudes; e quais os termos do aditivo firmado com o Senai Cetec;

nº 4.990/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para tratar de irregularidades no contrato de compra e venda de armas de fogo e munições no Plano Permanente de Aquisição de Armas de Fogo, celebrado entre o Estado, os fabricantes e os policiais e bombeiros militares, sendo estes últimos os destinatários finais;



nº 4.991/2016, do deputado Elismar Prado, do deputado Douglas Melo e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir os avanços na defesa do consumidor, aproveitando a comemoração do Dia Internacional do Consumidor, em 15 de março;

nº 4.992/2016, do deputado Elismar Prado, do deputado Douglas Melo e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência de convidados para a apresentação do Relatório de Atividades de 2015 do Procon Assembleia;

nº 4.993/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a ilegalidade da recusa de cobertura do convênio médico para tratamento de radioterapia prescrito e não previsto no rol de coberturas obrigatórias por unidades hospitalares, ambulatórios e principalmente seguradoras;

nº 4.994/2016, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a ilegalidade da prática das montadoras automobilísticas de mentir para o consumidor informando que seus carros poluem pouco, quando, na verdade, a emissão de gás poluente é superior ao informado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2016.

Elismar Prado, presidente – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/2/2016

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Maria Brochado Ferreira, secretária-adjunta de Estado de Casa Civil, publicados no *Diário do Legislativo* em 12/12/2015. Retiram-se a deputada Ione Pinheiro e o deputado Elismar Prado e registra-se a presença dos deputados Fred Costa e Leandro Genaro. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.995/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Leandro Genaro, em que solicitam seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Piumhi pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apuração de crime de maus-tratos contra os animais que estão no canil desse município;

nº 4.996/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Leandro Genaro, em que solicitam seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de Novo Cruzeiro pedido de informações referentes ao abate de uma jaguatirica, no dia 26/1/2016, no Município de Itaipé, para que esclareça se foi instaurado inquérito policial para fins de averiguação de autoria, materialidade e, conseqüente responsabilização penal pela prática de crime ambiental, com envio de cópia do referido inquérito, caso tenha sido instaurado;

nº 4.997/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos ocorrido em 19/9/2015, em que dois cães foram encontrados amarrados, sem adequadas condições de locomoção;

nº 4.998/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos ocorrido em 12/6/2015, em que uma cadela prenhe foi abandonada e faleceu antes do parto;



nº 4.999/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos em que o suspeito Manoel José dos Santos não estaria prestando os cuidados básicos a sua cadela doente;

nº 5.000/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos, ocorrido em 16/7/2015, em que Élcio Freitas de Queirós teria extraído os testículos de seu cão sem os cuidados necessários, expondo o animal a risco de morte por perda excessiva de sangue;

nº 5.001/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao delegado da 15ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima pedido de informações sobre suposto crime de maus-tratos cometido contra cães em uma residência do Bairro Rosário, nesse município, conforme noticiado no Jornal *O Tempo* de 23/1/2016, esclarecendo se foi instaurado inquérito policial e qual o desfecho do caso;

nº 5.002/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que solicitam seja realizada visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Pitangui para averiguar denúncias da ocorrência do crime ambiental em que um cidadão teria sido flagrado espancando um cão a pauladas;

nº 5.003/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Leandro Genaro, em que solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público, pedido de providências para que determine à Samarco Mineração que proceda à esterilização dos cães e gatos sob sua guarda por meio da castração cirúrgica;

nº 5.004/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Leandro Genaro, em que solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público, pedido de providências para que promova, em parceria com a sociedade civil e com protetores independentes, eventos para disponibilização dos cães e gatos já castrados e sob a guarda da Samarco Mineração, com os custos do evento pagos pela referida empresa;

nº 5.005/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Leandro Genaro, em que solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações referentes aos animais resgatados nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, especificando: quantos foram resgatados; quantos foram devolvidos para seus respectivos tutores; quantos morreram e quais foram as causas da morte; quais foram eutanasiados; quais doenças foram diagnosticadas nesses animais; quais exames foram realizados neles; se eles foram submetidos a exames para diagnóstico de leishmaniose; se os municípios atingidos foram convocados para reconhecimento e busca de animais resgatados; e quantos já tiveram reconhecimento por seus tutores;

nº 5.006/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Ouro Preto pedido de providências para que instaure inquérito a fim de investigar supostos maus-tratos contra filhotes de cães de rua no Bairro Alto da Cruz, nesse município;

nº 5.007/2016, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre a execução e implementação das políticas públicas para o controle de zoonoses no Estado, com a convocação do Sr. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e de Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Saúde do Estado;

nº 5.008/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Pitangui pedido de providências para que instaure inquérito para apurar com rigor o crime de maus-tratos ocorrido nesse município, em que o suspeito identificado como Antônio Carlos Ferreira Rodrigues foi flagrado espancando a pauladas um filhote de cachorro, o que gerou graves lesões no animal;

nº 5.009/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos cometidos contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga, no Município de Pitangui;



nº 5.010/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos cometidos contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga localizado no Município de Pitangui;

nº 5.011/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Pitangui pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos cometidos contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga;

nº 5.012/2016, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima com a finalidade de obter informações sobre o andamento das investigações relativas ao crime de maus-tratos contra 14 cães, ocorrido no Bairro Rosário, nesse município.

A presidência, nos termos do § 4º, do art. 131, do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes: Sras. Raquel Muniz, deputada federal; Val da Consolação, ativista da causa da proteção dos animais; e Flávia Quadros, médica veterinária e presidente do Instituto Vivendi; e Srs. Samuel Gazolla Lima, presidente da Câmara Municipal de Ubá; e Jean Cloude, fundador do Centro de Psicologia Canina. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2016.

Noraldino Júnior, presidente – Fred Costa – Ione Pinheiro.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma



do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.807/2015, do deputado Douglas Melo, que institui o Dia Estadual do Radialista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.272/2015, do deputado Ricardo Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Contagem. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 2/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 203/2015, do deputado Fred Costa; 1.566/2015, do deputado João Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 2/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.104/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 25/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 30/2015, do deputado Fred Costa; e 49/2016, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 531/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 534/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 567/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 751/2015, do deputado Fábio Cherem; 783/2015, do deputado Cabo Júlio; 838/2015, do deputado Inácio Franco; 920/2015, do deputado Braulio Braz; 1.001/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.019/2015, do deputado Wander Borges; 1.064/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.099/2015, do deputado Braulio Braz; 1.156 e 1.163/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.214/2015, do deputado Léo Portela; 1.461/2015, dos deputados Noraldino Júnior e Missionário Marcio Santiago; 1.570/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.571/2015, do deputado João Leite; 1.615/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho; 1.658/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Duarte Bechir; 1.682/2015, do deputado Tony Carlos; e 1.727/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 2/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.859, 3.861/2016 e 3.862/2016, da Comissão de Minas e Energia; e 3.899/2016, do deputado Dirceu Ribeiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater a situação atual e as perspectivas para 2016 do abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a debater as intervenções em saneamento básico no Município de Esmeraldas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o processo de mobilização e greve dos trabalhadores dos Diários Associados no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.152/2015, do deputado Dilzon Melo; e 1.987/2015, do deputado Lafayette de Andrada.

Requerimento nº 3.906/2016, do deputado Carlos Pimenta.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as ações da Secretaria de Estado de Saúde destinadas à prevenção e combate a doenças endêmicas, tais como dengue, leishmaniose e febre chikungunya, além da microcefalia, possivelmente transmitida pelo vírus zika.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/3/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.921/2015, do deputado João Alberto.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 18 horas do dia 2 de março de 2016, destinada à realização do ciclo de debates Dia Internacional da Mulher – Mulheres Contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação.

Palácio da Inconfidência, 1º de março de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as demandas e dificuldades da rede de unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, incluindo as colônias de tratamento de hanseníase.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, do procurador-geral de Justiça, de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a falta de repasse de recursos para entidades que cuidam de tratamento e recuperação de usuários e dependentes de drogas e seu impacto na política de recuperação e reintegração social de egressos do sistema prisional.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, do procurador-geral de Justiça, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.658/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, 3.767/2016, do deputado Duarte Bechir, 3.829 e 3.832/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 3.892/2016, do deputado Duarte Bechir, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 2/3/2016, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de março de 2016.

João Magalhães, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****“MENSAGEM Nº 113/2016*”**

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Solicito a essa Casa Legislativa, nos termos do art. 69 da Constituição Estadual, urgência na tramitação do Projeto de lei nº 3.230, de 2016, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876.



Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.”

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.230/2016.

* – Publicado de acordo com o texto original.

“MENSAGEM Nº 114/2016*

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Solicito a essa Casa Legislativa, nos termos do art. 69 da Constituição Estadual, urgência na tramitação do Projeto de lei nº 3.174, de 2016, que altera a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.”

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.174/2016.

* – Publicado de acordo com o texto original.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/2/2016

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, gostaria de agradecer a V. Exa. a sabedoria na condução dos trabalhos desta Casa. Venho a esta tribuna para informar aos colegas deputados sobre algumas decisões que tomamos na direção do PT em Minas Gerais. Claro que aqui sempre me posiciono na condição de deputado, como presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas também sou secretário-geral do PT em Minas Gerais. Na última reunião ampliada que tivemos da executiva de nosso partido, com a executiva do PT de Belo Horizonte, a bancada dos deputados federais, a bancada dos deputados estaduais e a bancada de vereadores da capital, tiramos uma resolução política em que o partido indica e orienta o lançamento de candidaturas a prefeito em todas as cidades de Minas Gerais. Estamos orientando aos diretórios municipais das comissões provisórias que preparem nossas candidaturas a prefeito e a vereador em todos os municípios possíveis, especialmente nas cidades que sabemos que concentram o maior contingente do eleitorado, as cidades acima de 50 mil eleitores. Estamos falando de um percentual de mais de 80% do eleitorado mineiro. Também essa resolução aponta a construção das candidaturas próprias para que o PT possa fazer o debate político tanto do cenário nacional quanto do contexto estadual, e o que é mais importante, que é debater a vida dos munícipes, a vida no dia a dia da cidade.

Onde não for possível que o PT tenha candidatura própria, a resolução orienta que se faça uma composição, alianças com os partidos que compõem a base aliada, a base do governador Fernando Pimentel e da presidenta Dilma. Evidentemente, com os partidos que hoje estão no campo da oposição, no cenário nacional e no estadual, dificilmente poderemos ter algum tipo de aliança.

É importante destacar, presidente, que, em especial na capital, o Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 2016, terá candidatura própria. Já há pré-inscritos: o nosso líder, deputado Rogério Correia, e o deputado federal Reginaldo Lopes. O companheiro Rogério Correia é líder, membro da executiva do partido, atua há muitos anos nesta Casa e é conhecido dos movimentos sociais; e o companheiro Reginaldo Lopes é o deputado federal mais votado de Minas Gerais e o mais votado do PT em todo o Brasil.



Acima de tudo, queremos que o PT volte a dialogar com o povo de Belo Horizonte, que conhece a gestão desse partido. O PT ouviu com o prefeito Patrus Ananias e com o Célio de Castro e hoje ouve com o governador Fernando Pimentel. Posso dizer que talvez as principais políticas de promoção social, inclusão, inovação e participação popular se deram em Belo Horizonte no tempo que o PT governou.

Hoje, vivemos em um governo pautado por uma pseudotecnocracia; cunham-se alguns bordões defendendo que o administrador tem que ser profissional, que sua gestão tem que ser profissionalizada. Isso é claro, até mesmo porque temos uma série de imperativos legais de legislação, de responsabilidade fiscal e de órgãos de mecanismo de controle, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o próprio Poder Judiciário e outros, que já impõem aos gestores, nos dias atuais, um modelo mais profissionalizado. Agora, não se pode esquecer que um governo não pode ser frio. Um governo não pode ver a administração somente por meio dos números; acima de tudo existe o cidadão, e ninguém poderá governar uma cidade de maneira a atender as expectativas da população se, acima de tudo, não tiver sensibilidade. O gestor tem que combinar dois fatores: tem que ser eficiente e se pautar pelos mecanismos e normas legais da administração pública e também sensibilidade.

Isso foi um pouco do que inspirou o governador Fernando Pimentel. Lá atrás, quando o PT inovou em Belo Horizonte com o Orçamento Participativo – e me parece que essa política está para ser abandonada pelo atual prefeito Marcio Lacerda, apesar de ser tão aprovada pelo povo de Belo Horizonte –, o governador Fernando Pimentel trouxe o modelo para os fóruns regionais de governo, e ele teve uma grande aceitação da população mineira. Portanto, posso afirmar, com segurança, que Belo Horizonte viveu as principais políticas desde o Orçamento Participativo, os restaurantes populares, as Umeis, etc. O modelo da UPA, do governo federal, copiado por todo o País, foi inspirado nos governos sob administração do PT na capital, portanto o povo de Belo Horizonte tem saudade do governo do PT. E, por saber que temos condição de apresentar para o povo um projeto inovador, contemporâneo, que dialoga com essas perspectivas e que, acima de tudo, acolhe os movimentos sociais, organizados ou não, desejamos voltar a ter um governo democrático, popular.

Então, esses são os dois companheiros que até então se apresentam: deputado Rogério Correia e deputado Reginaldo Lopes. É possível também que não se encerre no nome dos dois companheiros, pois não podemos nos esquecer de que o próprio ministro Patrus Ananias foi candidato a prefeito na última eleição; é um nome que sempre é lembrado e trazido. Há também os nomes de alguns secretários que compõem o secretariado do governador Fernando Pimentel.

Pois bem, até então apresentados formalmente à direção do PT em Minas Gerais, contamos com esses dois companheiros, deputado Rogério Correia e deputado Reginaldo Lopes. O movimento que se criou na base partidária e na base do movimento social com a apresentação desses dois nomes foi muito significativo e expressivo, com manifestação de apoio e de unidade partidária. Hoje, voltamos a ter, no contexto do PT, um ambiente bom, de harmonia e unidade para conduzir o nosso partido novamente à vitória na capital de Belo Horizonte; não só Belo Horizonte, mas as principais cidades, volto a dizer, terão plena e ampla atenção do partido em Minas Gerais.

Estou dizendo tudo isso, deputado Rogério, nosso pré-candidato, porque muita gente aposta que o PT será o grande derrotado nas eleições em razão da Operação Lava a Jato e à crise política que aí está estabelecida – e nós sabemos que quem alimenta essa crise são os setores do mundo político, empresarial e da imprensa. Temos duas informações para o dia de hoje. A primeira delas é que a presidente Dilma Rousseff começa a se recuperar. Na última pesquisa, a reprovação do governo diminuiu e a aprovação pessoal da presidente Dilma voltou a crescer.

Tenho em mãos uma matéria do Luiz Brandão, com informações da *Folha de S.Paulo* e do TSE: “Apesar do desgaste da imagem, próprio de todo partido que passa muitos anos no poder e do massacre midiático que o Partido dos Trabalhadores sofre desde sua criação, cresceu pouco no Brasil o número de eleitores anti-PT”. O povo está empolgado com as panelinhas que batem por aí no momento do nosso programa. Mas vejam bem o que diz a matéria: “Cresceu pouco no Brasil o número de eleitores anti-PT. Por outro lado, a legenda foi a única que registrou crescimento significativo no número de filiados em todo o País, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral”. O colunista diz que, em matéria publicada no domingo passado, dia 21, no jornal *Folha de S.Paulo*, observa-se que essa não é uma boa notícia para a oposição, porque, mesmo tendo crescido 4% em



17 anos, os antipetistas também não manifestam preferência por nenhum outro partido político. Então, a comemoração à queda do PT enquanto partido de preferência é parcial, porque não há migração para nenhum outro partido político. A matéria da *Folha* é sobre um estudo do cientista político David Samuels, professor da Universidade de Minnesota, em pesquisa feita em parceria com o colega Cesar Zucco Jr., da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. Deputados, de acordo com a *Folha*, eles estão escrevendo um livro a respeito das simpatias e antipatias partidárias no Brasil. O estudo chama-se *Partidarismo, antipartidarismo e comportamento do voto no Brasil*. Segundo esse estudo, o PT segue sendo o partido mais querido e odiado do Brasil. Mas, segundo o jornal *Folha*, o estudo revela que, em mais de 17 anos, os antipetistas puros saltaram de 7,49% do eleitorado em 1997 para 11,44% em 2014 – um crescimento de apenas 4% no também relativamente pequeno universo dos anti-PTs. Os anti-PTs puros, ainda de acordo com a *Folha*, representam um grupo proporcionalmente maior que a soma de pessoas que declaram preferência por PSDB e PMDB. Está vendo, Professor Neivaldo? Repito: os anti-PTs puros, ainda de acordo com a *Folha*, representam um grupo proporcionalmente maior que a soma de pessoas que declaram preferência por PSDB e PMDB. Respeito muito as outras siglas, mas temos de fazer essa discussão sobre preferências partidárias.

A *Folha* diz que, de acordo com os pesquisadores, o número dos que dizem preferir a legenda de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff caiu nos últimos oito anos, mas ainda é maior que o registrado na década de 1990. Porém, não mostra os números. Cerca de 14% do eleitorado declarava simpatia pelo PT em 1997. Esse número aumentou para 23,28% em 2006 e recuou para 15,95% em 2014. Ou seja, hoje, em 2014, são 15,95% frente a 14% em 1990. O curioso é que a *Folha* revela que o PMDB e o PSDB também perderam fatias de seus partidários nos últimos anos. Mas também não mostra números. Talvez isso não venha ao caso para o jornal, também antipetista, como todos nós sabemos. Outros detalhes importantes sobre esses estudos é que a *Folha* não ressalta o que precisa ser mostrado aos leitores para que não façam avaliações com base em meias verdades.

Por exemplo, é preciso lembrar que, por ter vencido quatro eleições presidenciais seguidas da direita o PT sofre o desgaste natural de quem está no poder por muitos anos. O partido enfrentou e enfrenta muitas críticas corretas e necessárias. Mas o PT também sofreu todo tipo de ataque injusto, acusações levianas, calúnias e mentiras.

“Também merece destaque a informação de que, no mesmo período citado pela *Folha* na matéria sobre o estudo de David Samuels, aumentou o número de filiados e simpatizantes do PT, principalmente entre os jovens. Segundo dados do TSE, em 2015 o PT ganhou mais de 45 mil novos filiados em todo o País. Os números revelam que o PT foi o único partido a registrar tão significativo número de novos filiados.”

Eu poderia continuar lendo o resto da matéria, mas vou parar por aqui para concluir o que vou dizer. Primeiramente, o PT, ao contrário do que pensam nossos adversários, não está morto. Está vivo e pulsante. Isso mostra que o PT continua sendo o partido preferido do povo brasileiro, ainda que tenha caído em comparação com 2007. Mostra que é o partido que mais cresceu ou, talvez, o único que cresceu no Brasil em termos do número de filiados. Quando você faz análise do perfil desses filiados, notadamente são jovens. A juventude ainda tem preferência pelo PT. Mostra, por fim, que, apesar de toda a pancadaria e ataques que sofreremos, o PT continua tendo essa desenvoltura, ao contrário dos partidos de oposição, que acreditam que ganharam a preferência dos eleitores, que acreditam que cresceram nesse cenário de ataque ao PT. Não herdaram nada.

É esse o motivo, entre outros, como também a clareza, a certeza de que vivemos um esforço de criminalização do nosso partido, que faz com que nós, da direção do PT em Minas, conclamemos a nossa militância, as nossas lideranças a se organizarem para a disputa que teremos neste ano de 2016.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento. V. Exa. segue uma linha de afirmar um projeto político em que V. Exa. acredita. Creio que, na nossa vida parlamentar, precisamos acreditar em algo, ter ideias, ideologia, saber que nenhuma instituição é perfeita, mas ter a nossa consciência do que estamos fazendo e agir, portanto, sempre com a visão daquilo que queremos construir. Quando a visão é apenas destruir o outro lado,



passa-se a não fazer política e difundir o ódio. Às vezes, o que vem para o lugar daquilo que se está atacando é algo autoritário, que rechaçamos, inclusive no passado. Falei isso hoje de manhã. Há setores da sociedade que pedem, inclusive e simplesmente, a extinção de um partido político. Ao fazê-lo, fortalecem aquele que pede a volta do regime militar, que tem saudades de regimes autoritários que existiram nas décadas de 1920 e 1930 na Europa.

Então, quando vejo V. Exa., um jovem parlamentar e um jovem cidadão acreditando numa ideia, defendendo-a e buscando construí-la, isso nos dá muito ânimo. Acho que é exatamente isso que tem feito o PT crescer, especialmente na juventude. Ajudei a fundar o PT, fui um dos seus fundadores ao final da década de 1970, início da década de 1980. Quando vejo que o PT hoje é o partido que mais adeptos da juventude tem, fico muito orgulhoso disso.

É um partido, depois de tantos anos governando municípios, estados e o Brasil, que tem fôlego para crescer na juventude, que tem muita ânsia de liberdade, tem ideologia, quer dividir renda. A juventude tem essa característica que faz pulsar o País e a humanidade.

Então, parabéns, deputado Cristiano, por ser um jovem que acredita nas ideias. Muito obrigado.

O deputado Cristiano Silveira* – Para concluir, presidente. O PT se renova com o movimento da própria história da sociedade. Esse PT, deputado Rogério, tem a simpatia da juventude porque é o único partido do Brasil que obriga suas diretorias, em todas as instâncias, a ter não menos de 20% de jovens; é o único partido no nosso país que obriga a haver, na sua composição, obrigatoriamente, 50% de mulheres na direção; é o único partido no Brasil que obriga que haja presença de negros na sua direção em todas as instâncias. Por fim, é o único partido no nosso país que faz eleições diretas para a direção de seus dirigentes, também em todas as instâncias.

Com muito respeito aos colegas de outras legendas, o PT é um partido contemporâneo do povo brasileiro. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, companheiro, amigo, colega e médico deputado Hely Tarquínio, na sua pessoa cumprimento os deputados presentes, a imprensa mineira que cobre os trabalhos da Assembleia de Minas, as pessoas que nos prestigiam com sua presença e, de maneira muito especial, o cidadão mineiro que mora no interior e acompanha os trabalhos desta Casa.

Tenho dois assuntos para tratar, mas antes gostaria de dizer algumas palavras, não rebatendo o pronunciamento do jovem deputado Cristiano Silveira, que assume seu mandato galhardamente e faz a defesa do PT. Concordo com ele em parte. Acho que é muito ruim quando deságua uma série de críticas em cima de um partido político que tem uma história e viveu essa história em nosso país. Isso é ruim. Por outro lado, é importante que cada partido faça sua autculpa, sua autorreflexão sobre o que está acontecendo. Seguramente não é meia dúzia de brasileiros batendo em panelinhas, como aconteceu durante o programa do PT. Foi uma grande parte dos brasileiros que não aceita a situação que está, espera que atitudes sejam tomadas, posições sejam respeitadas, que certamente querem um novo país, querem um Brasil melhor do que estamos vendo.

Estamos vendo a imprensa noticiar, e a imprensa está no seu papel; ela tem de mostrar o que é bom, mas tem de denunciar o que está acontecendo de ruim no País. Não são segmentos da sociedade, como a classe política. Vemos a OAB se manifestando contra os desmandos que estão acontecendo. O Poder Judiciário está cumprindo seu papel. A Polícia Federal também. A juventude com que tenho tido contato não é otimista. Hoje o jovem está desiludido com o que está acontecendo em nosso país. É importante que se apresente um programa de recuperação do País, mas não estamos vendo isso. Todos os dias vemos sucessivos episódios de escândalos. Agora mesmo, o mentor de campanhas eleitorais chegou ao País com sua esposa e foi automaticamente preso e algemado. Enfim, as coisas estão acontecendo de maneira muito rápida. Isso está causando um mal-estar e um desânimo muito grande na população.

Estou com uma reportagem da grande imprensa mineira, do jornal *Hoje em Dia*, que tem a seguinte manchete: “Crise dissolve indústria e a economia de Minas”. Ora, o que está acontecendo em Brasília se reflete diretamente na economia de



Minas Gerais. Hoje a indústria automobilística do Estado está vendendo 25% a menos de carros. Ninguém está comprando. Ninguém vai para as lojas comprar. Não há crédito. Ninguém acredita no que está acontecendo, e não há recuperação. Essa reportagem é de hoje, está fresquinha. Os dados do deputado Cristiano Silveira são de 2014, quando o PT estava no auge do poder e do prestígio. Fico triste de ver isso. Vejo dentro do PT pessoas como o Doutor Jean Freire, que tem de pagar um preço que não foi construído por ele, mas faz parte do processo democrático. Dói em nós ver pessoas de bem pagando um preço alto.

O Brasil está numa situação extremamente complicada e difícil. A manchete de hoje mostra claramente que esse cenário – aumento do desemprego, queda de arrecadação de impostos e desconfiança do investidor – culminará com dois anos de PIB negativo para o Estado.

Durante 2016 e 2017, teremos crescimento negativo, influenciando a economia mineira, ambos com queda acima da média nacional. Vamos crescer menos que o País. Estamos vendo a necessidade de uma arrancada. Tenho dito que o governador Fernando Pimentel não pode ficar esperando que um milagre aconteça em Brasília. Não vai acontecer. Veremos a economia sofrendo mais dois anos, o desemprego chegando à casa de 11% – 11% dos trabalhadores brasileiros economicamente ativos estão desempregados; veremos uma inflação chegando a 11%; veremos a falta de crédito, a falta de oferta de recursos, de dinheiro para investir neste país. Isso dói.

Não quero tirar o otimismo do deputado do PT, mas a verdade é que estamos sofrendo. Estou vendo isso, você anda pelas ruas e vê que o pessoal está desacreditado da política, do político. Quando você fala que vai melhorar, as pessoas não acreditam, porque sabem que, efetivamente, não melhoraremos nossa qualidade de vida.

Não estou aqui rebatendo ninguém, deputado Dalmo – vou-lhe permitir 1 minuto de aparte –, mas é só para dizer que a verdade não é essa que está acontecendo. Hoje se anda pelas ruas e se vê uma loja funcionando, o comércio aos trancos e barrancos. A loja da esquerda está fechada, a da direita também. Vemos pais de família desempregados, sofrendo, porque a pior coisa que pode acontecer com o cidadão é ele perder o emprego. Quando isso acontece, ele perde parte da sua vida. Imagine aquele pai de família que está desempregado e que às vezes tem dois, três, quatro filhos para criar. Quando chega a época de comprar o material escolar, ele não pode comprá-lo; quando ele precisa ir ao supermercado, ao mercado, ao armazém fazer uma feirinha, ele não tem dinheiro para pagar. É isso o que está acontecendo.

Estou vivendo em outro país, em outro mundo. Esse mundo que foi aqui pintado é de três anos atrás, é um mundo que foi pintado com cores vivas para se perpetuar no poder. É o partido que quer se manter no poder. Está tudo mudado. O Brasil tem de se espelhar, por incrível que pareça, na Argentina. Hoje esse país está conseguindo dar a volta por cima. A Argentina hoje recupera o crédito, enquanto o estamos perdendo no mercado internacional. Ninguém quer fazer negócio com o Brasil. Mas a Argentina, com os pés no chão, de maneira calma, tranquila, recupera o crédito.

Para recuperar o crédito, primeiro há de se recuperar a credibilidade nos nossos gestores, mas não consigo enxergar essa credibilidade na presidenta do País. Tenho dito e repito: ainda acho que o governo do Estado pode dar a volta por cima, mas quando cortar o cordão umbilical com Brasília, quando não tiver de esperar o milagre da capital federal. Ele precisa se encher de brio, passar a entender que é hoje a maior liderança do PT – o governador Fernando Pimentel – e ir a Brasília falar, cara a cara, olho no olho, que Minas não aceita mais o que está acontecendo. O governo do Rio Grande do Sul teve a coragem de ingressar no STF contestando a dívida do estado com o governo federal. Falou: “Não vou pagar”. O governo de lá é do PMDB, partido aliado, partido do vice-presidente da República. Se bem que, em Brasília, o PMDB não é parâmetro para ninguém. Um terço está de um lado, um terço está do outro lado, um terço está em cima do muro. A verdade é essa.

Mas ele teve essa coragem. Essa coragem, infelizmente, falta ao nosso governador, para bater na mesa, para falar firme, com voz grossa, que Minas não aceita mais as imposições do governo federal, que Minas é um estado que tem uma história de vida maravilhosa. Tudo começou por Minas Gerais. Está na hora de Minas mostrar a sua cara.



O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Como conheço há longos anos sua fala e sua postura no Parlamento, tenho certeza de que V. Exa. gostaria muito de falar de uma Minas competitiva, de uma Minas produtiva, de um povo feliz, de emprego, de renda, de indústria, assim como em todo o Brasil, mas V. Exa. hoje expõe a realidade que estamos enfrentando. É uma crise do dia a dia, dentro das indústrias, como manifestado nos jornais. As indústrias estão fechando, o desemprego a toda hora está batendo às portas, trazendo consequências inevitáveis à sociedade, à família. Por que não dizer que é uma crise moral e política que assola a Nação? Sabemos quanto tem sido difícil suportar todas as situações que estamos acompanhando, quer de manhã, nos jornais, quer à noite, pela televisão. É isso que vem acontecendo. Isso machuca o cidadão, a dignidade da pessoa, aquele que quer realmente buscar o bem comum com ações proativas para o desenvolvimento de Minas, da família, do município. Lamentavelmente, esse é o momento que estamos vivendo, deputado Carlos Pimenta. É muito lamentável. V. Exa. destaca com propriedade: são momentos difíceis; hoje cada brasileiro, cada mineiro vê assolada a sua dignidade, a sua família, o seu emprego, principalmente o seu bem-estar.

Precisamos nos comportar como legítimos representantes do povo mineiro e procurar soluções, dentro do que for possível, para uma Minas melhor. Parabéns.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado, companheiro Dalmo, pelo aparte que engrandece o nosso discurso. Eu não tinha a intenção de fazer esse discurso, não tinha a intenção de tocar nesse assunto. Ia falar de uma outra face da crise que assola Minas Gerais, que assola o País, na área da saúde.

Hoje, pela manhã, vários prefeitos do Norte de Minas, os representantes dos hospitais, da santa casa e vários outros hospitais, estiveram reunidos com o secretário de Saúde para mostrar que não é possível mais promover a saúde com a mínima dignidade, com a mínima eficiência, da forma com que os prefeitos estão sendo tratados, da forma com que os hospitais de Minas estão sendo tratados.

Meu caro Antônio Jorge, V. Exa. que foi secretário de Saúde, estive ontem na santa casa e contei quantas pessoas havia numa sala chamada Salão Vermelho, que fica anexa ao pronto-socorro. Havia 74 pacientes. Todos eles estavam em macas, em colchões no chão, sendo atendidos, esperando uma vaga no CTI, esperando uma vaga numa enfermaria. Eram 74 pacientes.

Como eu quero que a secretaria consiga superar tudo isso... Mas quando vejo que o governo, para enxugar a sua máquina, promove um corte de quase R\$400.000.000,00, penso: como é que vai promover qualquer melhoria? Fico preocupado – e talvez o deputado Antônio Jorge possa corroborar meu pronunciamento – é com a situação do secretário, que tem a obrigação de cumprir um preceito constitucional: investir 12%. Com um corte desses, ele não vai investir os 12% e vai ser responsabilizado. A responsabilidade não é só do gestor maior, que é o governador do Estado, a responsabilidade também é do gestor da área da saúde. Isso aí pode complicar a vida do secretário Fausto, que trabalhou muito pela vida, esteve no ministério e fez um trabalho muito importante.

Eu fico preocupado porque não vamos conseguir promover qualquer tipo de avanço na saúde. Em Janaúba, deputado Antônio Jorge, a manchete dos jornais é de que o hospital regional está devendo R\$3.000.000,00. O fornecedor não fornece o mercúrio, a gaze nem o esparadrapo, porque não acredita que vá receber. No Jequitinhonha a situação é a mesma, no hospital de Almenara também, nos hospitais do Sul de Minas. Eu conversava há pouco com o deputado Antônio Jorge e dizia que, na UTI neonatal de Varginha, que elogiei tanto, falta o básico. Tenho em mãos a emenda que passamos, no valor de R\$150.000,00, para custeio da UTI neonatal de Varginha. Numa carta endereçada a mim, o secretário de governo diz que está empenhado, que foi acatado, no entanto não pagou. Está uma situação difícil, não admito a tese do quanto pior, melhor.

Não admito essa tese, é algo do passado, das pessoas atrasadas. Mas o que foi combinado não sai caro, é uma emenda nossa, tem de pagar. Não é emenda do deputado, é emenda para o prefeito que não tem R\$30.000,00 para comprar um carro, é emenda para os hospitais, é emenda para o povo de Minas Gerais. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, nobres colegas deputadas e deputados, nobre colega presidente, telespectadores da TV Assembleia, público que nos assiste. Acabou de descer desta tribuna um colega médico e cirurgião, e, quando nos encontramos, eu lhe disse, brincando, que está descendo um cirurgião e subindo outro. Com posições muito diferentes no campo ideológico e político, com respeito a sua pessoa, que na semana passada apresentou dois belos projetos na Comissão de Saúde – fiz um elogio público a isso. Gosto de quando fala que participou do outro governo, mas sabe reconhecer os erros.

Sempre que sou chamado a esta tribuna, penso em fazer proposições e discutir política, fazer o bom combate, discutir os avanços, o que não avançou e é preciso avançar. Fico ouvindo, às vezes, os discursos em comissões, aqui, lá fora, em entrevistas, alguns colegas dizerem que não adianta olhar o passado, que não adianta olhar o passado, que não adianta olhar o passado. Penso que o passado é importante, e talvez devamos mudar o discurso. Eu queria debater outro tema, mas somos obrigados a escutar coisas que não podemos deixar passar. Porque o passado é importante, o passado de qualquer governo é importante para não correremos o risco de cometer outros erros, para continuarmos as conquistas feitas por outro governo. Governo deve ser uma continuidade das coisas boas, e romper com as coisas ruins, independentemente de ser o meu partido ou outro. Deve-se continuar o que é bom.

Alguns deputados reconhecem isso, mas, com eu disse, somos obrigados a ouvir também o contrário.

Tratou-se aqui do tema da saúde, e, como médico, não posso deixar de discutir o assunto. Antes de mais nada, é bom lembrar que o corte a que se referiram aqui não é um corte, mas um contingenciamento. De qualquer forma, disseram que, com esse corte, não se vão cumprir os 12%. Ora, se este governo, que defendo com muito orgulho e honra, não cumprir os 12%, no ano que vem vou subir a esta tribuna e tecer críticas a isso – podem me lembrar disso.

Mas quero lembrar dos cortes que fizeram nos outros anos, até 2013 e 2014. Aliás, sem citar nomes, gostaria de solicitar a todos os deputados que hoje sobem a esta tribuna para falar dos cortes que me apresentem as notas taquigráficas dos discursos que proferiram nesses anos e nos quais falaram desses cortes. Solicito que me entreguem essas notas, para vermos se mudaram o discurso por ter mudado o governo. Agora, deputado Rogério Correia, que sempre foi um defensor da educação e da saúde, tantos deputados viraram sindicalistas e lutam pelas crianças do Estado e do País, mas quero saber qual era o seu discurso anterior. De qualquer forma, que venha agora esse discurso, independentemente das suas intenções; que se juntem a nós, para lutarmos, sim, pelas nossas crianças e pelos nossos trabalhadores em saúde e educação.

Voltando à saúde, o colega que me antecedeu falou que os 12% não serão cumpridos, mas quero citar alguns dados do Siafi e do relatório técnico do Tribunal de Contas, que são públicos: em 2003, o governo gastou em saúde 6,03%; em 2004, 6,97%; em 2005, 6,27%; em 2006, 5,83%; em 2007, 6,88%; em 2008, 7,26%; em 2009, 8,17% – o maior índice até então; em 2010, 8,04% – retroagiu um pouco; em 2011, 8,51%, e, em 2012, 12,18% – foi aí que o governo começou a gastar os 12%.

Não estou citando esses dados para comparar, como fez o caro colega Antônio Jorge, cujas posições admiro muito, mas não dá para ouvirmos sem rebater e mostrar os fatos. Temos de mostrar isso, sim. Do contrário, nossos adolescentes que nasceram há 12 anos podem pensar que isso era uma maravilha, que era muito bom viver aqui. Pelas propagandas de televisão, este era um estado maravilhoso. Por outro lado, os jovens que veem a crise por que passa este país atualmente, o que é verdade – não estamos escondendo isso –, podem pensar, deputado Cristiano, que era uma maravilha viver neste país antes desse período que já vai para os 14 anos. Vão pensar que era uma maravilha viver aqui, o que sabemos que não é verdade.

Li com muita felicidade uma carta da minha filha, Beatriz, de 12 anos, na qual dizia por que ele defendia Dilma Rousseff. Isso, na eleição passada. Dizia que, quando nasceu, a mãe dela, minha esposa, que é pediatra, contava que os índices de mortalidade infantil, de desnutrição e desidratação no Vale do Jequitinhonha eram altíssimos, e que hoje, ela com 12 anos, a mãe já não relata mais essas histórias. Que ainda existem, é verdade. Quem anda naqueles grotões sabe que ainda há muito o que mudar. Mudou-se muito, mas ainda há muito o que mudar.



Vejo deputados subirem à tribuna e fazerem desafios para que o governo passe um dia na emergência para ver como está a situação nos hospitais de Minas Gerais. Faço o mesmo desafio – e passaria uma noite, vou ver muita situação que tem de melhorar, e vou defender em público que está errado e tem de melhorar –, mas também convidaria esses deputados a passar uma noite em hospital de emergência em São Paulo, no Paraná, nos hospitais do estado. Vou junto; como médico talvez possa até ajudar nos atendimentos em ambos os casos. Eu gostaria de fazer um desafio a qualquer deputado – prefiro não citar nomes – que venha a fazer desafio para passarmos uma noite na emergência a passar um dia vendo um médico cubano atender seu paciente lá nos grotões do Vale do Jequitinhonha, deputado Cristiano, onde, até pouco tempo, a falta de médico era imensa.

No meu consultório, quando atendo um paciente e lhe pergunto se ele foi atendido, e muitas vezes atendido por colegas médicos cubanos, pergunto como foi o atendimento, a primeira resposta dele: “Eles param para nos ouvir, eles param para nos escutar”. Rodo aquela região, o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, e vejo o atendimento daqueles médicos. Foi um avanço imenso na saúde deste país. Não é por isso que vocês vão me ouvir dizer que não temos de avançar. Vamos ter de avançar ainda mais. Não suporto, não gosto de subir a esta tribuna para ficar fazendo comparações, mas, como eu disse, não dá para ficarmos calados. A saúde avançou muito, a educação avançou muito.

Fico feliz, deputado Professor Neivaldo, de ver que, há poucos dias, uma jovem da comunidade de Tesouras, que estudou no Instituto Federal do Vale do Jequitinhonha, na cidade de Araçuaí – e só estudou lá porque o presidente Lula o criou –, passar em medicina na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. E só passou na faculdade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri porque o presidente Lula criou a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Então temos de reconhecer. Reconhecer os acertos não é negar os erros. Não é isso.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Doutor Jean, antecedi V. Exa. na tribuna, e olhe como nossas falas se encontram. Falei sobre os números de aprovação, de preferência que o PT ainda tem perante a população brasileira. Isso está ligado diretamente a todas essas políticas, inclusive a que V. Exa. cita, o Programa Mais Médicos, talvez um dos mais corajosos da história do nosso país, que teve a iniciativa de ofertar ao povo mais pobre o atendimento médico.

Nos grotões deste país, pessoas que nunca tiveram contato com o doutor passaram a tê-lo pela primeira vez a partir do Programa Mais Médicos. São vários médicos que vieram ao Brasil, cubanos, alemães, espanhóis – evidentemente, na grande maioria, médicos cubanos.

O programa hoje tem uma aprovação de mais de 90% da população brasileira. É um programa vitorioso, embora na sua primeira edição tenha sido extremamente boicotado, inclusive pela classe médica do nosso país e por movimentos de alguns setores médicos. Na segunda chamada do Mais Médicos, tivemos quase 100% de inscrição de médicos brasileiros; e, também nessa última chamada, quase 100% dos médicos brasileiros para todas as vagas do programa.

Então, vejam como isso vem mudando a cultura, sem dizer que o programa não está alicerçado somente na oferta do médico no posto de saúde. É um programa que está vinculado diretamente à formação de mais 11 mil novos profissionais – abriram o curso de medicina em várias universidades –, para que os médicos brasileiros do nosso país possam prestar o atendimento numa outra perspectiva, numa nova formação, não só aquela que o mercado chama o tempo todo.

Sabemos que hoje a relação não é muito boa de laboratórios, fabricantes de OPME, e por aí vai, não digo com todos, mas com uma parte da classe médica brasileira. Precisamos de uma formação para a saúde pública, uma formação humanística.

Então, o Programa Mais Médicos trouxe essa discussão. Por isso, entre outras questões – eu podia falar da distribuição de renda, da melhoria da economia, do Bolsa Família, mas citando aqui o caso da saúde –, o Programa Mais Médicos é um dos motivos por que o PT ainda é o partido mais querido pela população brasileira. Obrigado, Doutor Jean Freire.



O deputado Doutor Jean Freire – O deputado Cristiano Silveira colabora aqui com a sua colocação. É preciso lembrar, Cristiano, que o Programa Mais Médicos foi criado para médico brasileiro, e não para médico cubano. Foi criado para o médico brasileiro, e hoje está aí a prova de que quase 100%, quase a totalidade, procuram o Mais Médicos.

Mas, se gostam tanto de comparações, faço um desafio. Vamos comparar o governo anterior ao nosso governo, e vamos comparar com o nosso governo em nível federal. Eu desafio. Daqui a um tempo, vamos fazer essa comparação no Estado, já que gostam de comparação. Aliás, vamos comparar as investigações, deputado Cristiano. Investigar não é errado, é preciso investigar; não investigar é que é errado. E nós defendemos, sim, que a Polícia Federal cumpra seu papel e investigue. Agora, temos de lembrar por que ela está investigando e por que não investigou tempos atrás. Então, resalto aqui a não investigação que passou neste país.

Gostaria de colocar algumas situações como grandiosas, por exemplo, agora no caso do presidente Lula, e outras situações: ter apartamento em São Paulo não pode, mas apartamento na França pode. Acho que essas comparações também têm de ser feitas. Agradeço por mais um minuto, Sr. Presidente. Muito obrigado. Um abraço a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Sr. Presidente, deputado Hely, médico, parece que hoje, com exceção do deputado Cristiano Silveira, há fila de médicos aqui para se manifestarem. E o assunto em pauta, sendo saúde, acabo também me implicando por razões óbvias e também em função das questões relativas ao ciclo do governo anterior.

Vou estabelecer um contraditório com os deputados que me antecederam, especialmente com o deputado Jean, mas da maneira como tenho buscado sempre: um contraditório absolutamente das ideias, sem pessoalizar, sempre buscando ancorar em algum grau de evidência. Estamos mais do que defendendo ideologias, defendendo também no sentido concreto dos fatos.

O Doutor Jean Freire apresenta uma questão muito precisa no que se refere à rampa de crescimento de gastos em saúde. Mas estabelece, deputado Jean, uma incorreção pela falta de análise de contexto. Dizer que o gasto em saúde em 2006 era em torno de 6% não é nada inverídico, tampouco é correto fazer essa comparação com os 12% à luz da regulamentação da emenda.

Digo isso porque não era o Estado de Minas Gerais que gastava 6%, era o Brasil inteiro que gastava abaixo de 7%, 8%, inclusive governos comandados pelo PT: a Bahia, que teve uma gestão muito eficiente com o ex-secretário Solla; o Rio Grande do Sul, que aliás sempre foi o estado da Federação, quando governado pelo PT, que menos aplicou em saúde. Então essa não era uma diretiva do mal do governo tucano, do governo passado, era o contexto. Aliás, é bom lembrar que quem acolheu a emenda constitucional como presidente da Câmara foi o então deputado federal Aécio Neves, e a sua regulamentação só saiu depois de muita luta. Ao fim e ao cabo, a regulamentação só saiu em 2012. E pasmem todos os senhores – o deputado Doutor Jean Freire sabe disto, assim como o deputado Arlen Santiago e os militantes da saúde: quando aconteceu a regulamentação, foi contrariamente à posição do PT. Porque a presidente Dilma, conforme eu já disse aqui e quero reiterar, será muito lembrada no futuro por muitas coisas, mas essencialmente por uma postura de negligência com a saúde do País. Quando a presidente Dilma faz as suas diligências políticas, temos de lembrar que, na época da regulamentação da emenda, deputado Gustavo, ela orientou a sua base a votar contra essa grande conquista histórica. Ficamos 12 anos lutando pela regulamentação da emenda, que dizia: 10% para a União, 12% para os estados e 15% para os municípios. E, no momento, ficamos sem a bandeira, porque foi aprovada a regulamentação, e sem o dinheiro. Porque o partido da presidente Dilma e a sua base parlamentar votaram, no Congresso Nacional, de modo a rasgar o compromisso com a sociedade, rasgar seu compromisso eleitoral. Votaram “não” aos 10%, votaram pela variação do PIB de um ano ao outro. Agora, com a Emenda nº 86, que se restabeleceu, mas ainda num patamar muito inferior aos 10% da receita bruta. Então esse sim, deputado Doutor Jean Freire, é um fato inconteste. Quem vai levar na história a responsabilidade de não regulamentar o recurso da saúde é a presidente Dilma. Ou pior, regulamentar contrariamente aos interesses da saúde.



Aqui em Minas Gerais houve uma rampa de crescimento testemunhada pelo deputado Doutor Jean Freire: 6%, 7%, 8%, 10%, 12%. “Mas o Estado não aplicava.” Nenhum estado aplicava os 12% antes da regulamentação se tornar lei, a não ser Amazonas e, se não me engano, um estado muito pequeno do Nordeste. Essa é a realidade fiscal do País. Minas Gerais passou a cumprir a lei, e os outros estados passaram a cumpri-la também. Transformar isso numa bandeira de luta partidária, de comparações, é faltar com um dado preciso da história, principalmente com a análise do contexto da história. Muito mais relevante que dizer que o Estado cumpria os 12% era dizer como cumpria; a qualidade do gasto.

Aí tenho muita serenidade em dizer que – aliás, sou muito autocrítico e fui gestor da saúde –, entre acertos e erros, tenho total convicção de que acertamos muito mais que erramos. Acho absolutamente injusto comparar a gestão passada com a gestão atual. Há um ano e pouco de gestão. Mas tenho muita paciência histórica, deputado Bonifácio Mourão. Talvez a militância na minha vida, a passagem por muitos cargos, estar no poder, sair do poder, tenha me ensinado que não há remédio melhor que o tempo, não há nada mais salutar do que a paciência histórica. Vamos dar tempo ao tempo. Não tenho nenhuma preocupação em comparar nada com nada, acusar nada. Faço sempre uma defesa do secretário Fausto. A saúde é desprestigiada nos governos, esse é um problema federativo brasileiro.

Hoje mesmo tivemos uma audiência com os concursados não efetivados, e tenho insistido muito que não é o secretário Fausto o responsável. Ele recebe uma cota financeira, como eu recebia como gestor. Ele não tem alçada sobre a gestão financeira, o secretário Fausto não faz concurso e não efetiva concursado. Ele deve ser, como militante da saúde, o principal advogado dessas causas perante o núcleo de atividade-meio, o núcleo econômico do governo. É preciso entender isso. Transformar isso num jogo político-partidário não contribui com a saúde.

Nós temos um portfólio de ações, de medidas, de resultados mensuráveis de melhoria de indicadores. Quem disse que a saúde de Minas Gerais era a 4ª melhor do País e a melhor do Sudeste foi o Ministério da Saúde, através de indicadores mensurados pelo ministério, que era gerido pelo PT. Então, por que vamos entrar nesse mérito? É bobagem, deputado Mourão, os fatos falam, e a história acomoda essas verdades. Eu tenho muita paciência histórica. Vamos dar tempo ao tempo, vamos colaborar com a gestão. Sou contributivo. Estou muito preocupado em contribuir com Minas Gerais na questão da dengue. Eis aí um assunto que precisamos agravar aqui na Assembleia.

Temos uma crise econômica sem precedentes, mas o maior problema econômico que temos hoje em Minas Gerais é a dengue, que não é uma agenda de saúde, é uma agenda de governo. Quero ver o governador Pimentel liderar a guerra contra a dengue, como fez o governador Anastasia, chamar o seu secretariado e criar um comitê com todas as áreas de governo. Saíram de um orçamento da dengue de R\$10.000.000,00 para R\$60.000.000,00 em 2012. Hoje não estamos gastando nem R\$30.000.000,00 com essa crise gravíssima. Essa é uma agenda que quero trazer para cá e ser contributivo. Quero falar para os amigos do PT: escutem um pouquinho o Antônio Jorge, escutem um pouquinho o governo passado. Não é possível que tenhamos passado 12 anos no governo e não tenhamos nada com que contribuir. É preciso sair dessa posição arrogante de olhar no retrovisor e dizer: “Tudo que é passado é ruim”. Aliás, essa é uma prática defeituosa do PT. O mundo começa quando ele se estabelece no poder. Assim foi com a questão federal; o Brasil foi descoberto em 2002. Não existe passado.

Aqui temos de parar de cometer esse erro, até para não repetirmos os nossos erros. Quem melhor pode falar do que erramos no enfrentamento da dengue do que nós, que estivemos lá, sofrendo as aflições, vendo a população vitimada por esse grande problema? É essa a contribuição que queremos dar. É esse ambiente que quero construir com os amigos do PT, mas, se for para comparar, vamos comparar. Dá para comparar um monte de coisas. E vamos estar numa posição muito a cavaleiro. A situação já é muito pior. A situação objetiva do secretário Fausto é horrorosa. A crise do País é sem precedentes. Falta dinheiro para tudo. E a presidenta do País, que é do PT, simplesmente, no ano passado, cortou R\$20.000.000.000,00 do orçamento da saúde, que não foram restabelecidos, e começou este ano cortando mais R\$3.600.000.000,00. E agora o nosso governo também corta recursos da saúde.

Então a realidade é essa. Se é para ser contributivo, o discurso tem de ser feito em outra linha. Se é para a gente pensar na sociedade, o discurso: diferenças nós temos, temos clareza, diferenças de visão de mundo, de entender a



sociedade, de visão do papel do Estado, nada disso é grave. Mas, quando se vai falar de saúde, o patamar da discussão tem de ser outro. Vou dar a palavra a V. Exa., deputado Mourão. Insisto: a saúde, de todas as políticas públicas, é a que está mais regulada pela sociedade. É outra coisa de que o governo tem se apercebido, cometeu essa bobagem de pintar as farmácias de vermelho e sofreu esse desgaste imenso. Quase não me manifestei sobre esse assunto porque é um negócio tão pequeno, tão menor, com tantos problemas. Sabem o que acontece? A Farmácia de Minas, que teve de mudar de nome, parece que é Farmácia de Sergipe... Não sei qual é a implicância com o nome, mas mudou a cor e o nome, não pode se chamar Farmácia de Minas. A Farmácia de Minas é uma política que não é daquele governo, ela foi aprovada na CIB, pelo conjunto dos secretários municipais de saúde ali representados. São políticas de Estado, então a discussão da saúde é em outro patamar. Não é uma ação pontual do governo, não. São políticas estruturadas de forma ascendente, que passam pelo conselho estadual, que passam pela CIB, que passam pelos gestores municipais, que são, de resto, os maiores sacrificados hoje na gestão da saúde pela dificuldade federativa.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, não queremos perturbar o raciocínio brilhante de V. Exa., como sempre, mas V. Exa. faz uma abordagem muito interessante sobre a situação da saúde. V. Exa. tem autoridade para isso, brilhante gestão que fez quando foi nosso secretário de Saúde no governo Antonio Augusto Anastasia, quando tive a honra de ser líder do governo nesta Casa.

Agora, pegando uma carona em suas palavras, gostaria de lembrar: será que o governador Pimentel, na campanha, prometeu que ia cortar o orçamento da saúde como está cortando agora? Será que ele prometeu que ia cortar o orçamento da Defesa Social, da Segurança, como está fazendo agora? Ele prometeu tantas coisas, e isso ele não prometeu.

E mais: quando ouvi discursos aqui, há poucos minutos, de que a saúde avançou em Minas Gerais em relação às administrações Anastasia e V. Exa., fiquei lembrando dos hospitais regionais de Minas Gerais, cujo início da construção se deu no governo Anastasia, em gestão de V. Exa. Cito aqui o hospital regional de Governador Valadares. Quando deixamos o governo, havia 300 pessoas trabalhando nele em ritmo avançado. Estava prevista sua inauguração para setembro do ano passado, para 2015. Não foi inaugurado, não se acrescentou nada a ele. Há 40 pessoas trabalhando. Isso é avanço? Gostaria só de lembrar, neste aparte, deputado Antônio Jorge, alguns comparativos, ou melhor, dois apenas. Na gestão do governo Anastasia, na gestão de V. Exa., o índice de mortalidade infantil caiu. A média de vida subiu. Isso é consequência de um trabalho longo, exaustivo e competente realizado por V. Exas. Por isso eu o parablenizo.

O Deputado Antônio Jorge* – Acho que esse é um resultado do trabalho da sociedade. Insisto que estão diante de um homem público e de um técnico de saúde, que é muito autocrítico e sabe a dimensão e os desafios da saúde. Estamos muito longe do que a população merece e precisa. Estamos distantes demais do que eu consideraria um mínimo satisfatório em termos de oferta para a população brasileira.

Não há que se dizer que foi melhor aqui ou acolá. Aqueles que estão no poder têm obrigação de fazer, têm obrigação principalmente de focar num resultado para a sociedade. Saiam um pouco do foco atual. Não há motivo nenhum para isso. Se feita uma comparação, essa questão do hospital regional é muito interessante, deputado Mourão. Parece que o hospital regional é um defeito. Isso é curioso. O Partido dos Trabalhadores, o governo, fez, deputado Rogério Correia, três campanhas na televisão, e uma inserção na televisão de 30 segundos custa R\$200.000,00. Foram realizadas três campanhas ao longo do ano passado para dizer sobre a retomada dos hospitais regionais.

Já pedi informação sobre o que foi gasto em função da lei da transparência. Não chegou nada às minhas mãos ainda. Tenho muita convicção de que foi gasto mais dinheiro para mentir sobre a retomada das obras que com destinação de recursos de fato aos hospitais. Para Juiz de Fora não foi nada, R\$1.500.000,00. Para Sete Lagoas não foi nada. Para Divinópolis, houve alguma coisa em dezembro de 2014. E Teófilo Otôni e Valadares? As obras estão com 30 profissionais. Fiquei sabendo que, em Teófilo Otôni, as obras foram paralisadas.

O governo tem dificuldades, e temos de ser solidários. Essa é uma questão. Presidente, com meu minuto regimental, já encerro. Pelo menos o governo não deve se arvorar a ter gozo com aquilo que não está fazendo, porque ninguém suporta mais www.almg.gov.br Página 48 de 52



mentiras. Ninguém suporta mais a propaganda pela propaganda. Vamos nos unir para construirmos faticamente soluções para os problemas. Nisso a oposição tem responsabilidade. Nós, que fomos do governo passado, temos muitas responsabilidades com os acertos e erros. Precisamos de um ambiente em que, no mínimo, o padrão do debate possa estar alicerçado naquilo que é fundamental para a sociedade, em dados fáticos e verdadeiros, e não somente na propaganda pela propaganda. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, eu estava aqui, deputado Bonifácio Mourão, ouvindo os dois deputados do Partido dos Trabalhadores que me antecederam nesta tribuna, deputados Cristiano Silveira e Doutor Jean. Eles traçaram aqui um diagnóstico do Partido dos Trabalhadores como se este estivesse num mar de rosas.

Estou estarrecido até agora com o diagnóstico que foi traçado aqui, de que o partido está em alta, deputado Gustavo Corrêa, meu líder, de que o partido está uma maravilha, de que as pesquisas indicam que o partido está muito bem conceituado junto à opinião pública e de que o partido fez grandes feitos. Vi aqui um deputado fazer um desafio, o último orador do PT que estava nesta tribuna dizendo que desafiava os demais a trazer aqui uma comparação, deputado Bonifácio Mourão. Ora, eu desconheço, na história da República brasileira, e ela é datada de 1891 – de lá para cá não houve, nunca antes na história deste país, movimentos populares, como vem ocorrendo desde 2015, gritando “fora partido tal”. Só existe um partido que foi agraciado com a manifestação popular pedindo sua saída. É o PT. O “fora PT” – só aqui na Praça da Liberdade, eu já fui a quatro manifestações.

Quero dizer ao líder Gustavo Corrêa que no dia 13 de março também estarei lá gritando “fora PT e fora Dilma”. Por quê? Porque o cidadão não aguenta mais. O cidadão não aguenta mais assistir a presidenta da República destruir a economia do País, fazer com que a inflação venha a disparar. Mais de 9 milhões de brasileiros desempregados, um verdadeiro caos, deputado Bonifácio Mourão, que o País está vivendo. A maior crise política da história deste país está sendo vivenciada, e estão no olho do furacão a presidenta Dilma Rousseff e seu partido, o PT. Quem é que não quer enxergar isso? Será que o PT é seita ou partido? Parece que os integrantes do PT são tão doutrinados que não conseguem enxergar o desgaste que o partido vive. Será que o partido, seus integrantes não veem quantos dos seus membros estão envolvidos na roubalheira do País, no escândalo?

Bonifácio Mourão, V. Exa. levantou uma placa. Determinado dia um deputado falou assim: “Aponte os nomes, deputado, aponte os nomes daqueles que estão envolvidos na roubalheira”. Aí, temos aqui duas placas, frente e verso. Os que foram presos e os que estão sendo investigados. São muitos, não são poucos, não, deputado Bonifácio Mourão. Aqui os que foram presos, e aqui os que foram, ou melhor, os que estão sendo investigados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça Federal. E aí? Entendo que, se amanhã, integrantes do meu partido, o PDT, estiverem envolvidos em escândalo de corrupção, quero é aplaudir a Polícia Federal, o Ministério Federal para que investigue, denuncie e os ponha na cadeia, provada a culpa. Quero que aconteça isso, mas os integrantes do PT pensam diferente. Eles querem é fazer a defesa dos seus companheiros e companheiras sem pensar que o escândalo é grave, que dinheiro público não é para ser desviado, que o País está na lama, que o desemprego assola o País, que a economia está completamente esfacelada, porque o partido está lá governando o País.

Há pessoas do Partido dos Trabalhadores que, se pudessem, criticavam e baniam da face da terra os integrantes da Operação Lava a Jato, porque eles estão investigando o Lula, a Dilma, enfim, toda a cúpula do PT; sem falar naqueles que estão presos. Qual é o grande expoente do Partido dos Trabalhadores hoje, no Brasil, que não foi preso ou que não está sendo investigado pela Polícia Federal? Faço esse desafio. Qual? Não conheço nenhum.

Ainda bem que a Mesa não está sendo presidida por um deputado do PT. Presidente Hely Tarquínio, quero que desconte o tempo que o deputado Rogério Correia usou, apesar de eu não conceder aparte.



Deputado, estou cansado de ver seu partido falar bastante e pedir encerramento de plano. Vou dar dois exemplos para o senhor: na quinta-feira, na parte da manhã, seu partido encerrou e não deixou nenhum deputado da oposição falar; na quinta-feira à tarde, lembro-me perfeitamente de que o deputado Elismar Prado terminou de falar e pediu encerramento, não deixando o deputado João Leite falar nesta mesma tribuna.

Agora, eu estou falando, deputado, dos grandes expoentes em nível nacional do partido: os deputados federais, os senadores, os ministros, a cúpula do PT. Qual é o integrante da cúpula do PT que não foi preso ou não está sendo investigado pela polícia federal, deputado Bonifácio Mourão?

O deputado tinha pedido essa lista; queria muito apresentá-la, mas gostaria que meu tempo fosse respeitado: Delcídio Amaral, senador pelo PT, foi preso e continua a ser investigado; José Dirceu está preso; João Vaccari Neto, preso; André Vargas, preso; José Genoíno, preso; João Paulo Cunha, preso; Delúbio, preso. E aí segue a relação dos investigados: Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Mentor, Lindbergh Farias, Vander Loubet, Antônio Palocci e Cândido Vaccarezza. E faltou um aqui, deputado Bonifácio Mourão, dos grandes expoentes: o governador de Minas, que também está sendo investigado na Operação Acrônimo. E a Polícia Federal e o Ministério Público Federal acusam o governador de chefe de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e advocacia administrativa.

Todos os grandes líderes do partido estão presos ou sendo investigados. Mas por quais crimes? Não são crimes políticos, deputado Bonifácio Mourão. São crimes contra a administração pública. E isso é fato. Então não adianta. O que o cidadão gostaria de ver nos integrantes do Partido dos Trabalhadores é coragem para dizer: "Esse cidadão está roubando? Ponha ele na cadeia". Qual é o problema, Bonifácio Mourão, de dizer que, se um integrante do seu partido estiver desviando dinheiro público, ele tem de ser investigado e ir para a cadeia? Qual é a dificuldade que os membros do partido têm? Fico impressionado. Será que os R\$19.000.000.000,00 desviados criminosamente...

Deputado Mourão, aqui na Casa há vários deputados do PT sérios e honrados. Mas por que eles insistem em colocar panos quentes naqueles que estão sendo presos e denunciados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Justiça Federal? Qual é a dificuldade? Se no meu partido tiver alguém roubando, que a Polícia Federal e o Ministério Público investiguem e, se for culpado, que vá para a cadeia. Para o Partido dos Trabalhadores, o cidadão está condenado, como o Genoíno e o José Dirceu, e os colegas vão lá para levantar o braço, ao lado do ministro Joaquim Barbosa, e dizer que estão sendo presos à toa. Não basta a Polícia Federal e o Ministério Público investigarem.

O cidadão que está nos ouvindo, o brasileiro, o trabalhador, a pessoa honrada fica pensando: "Por que os deputados e senadores sérios e honrados do PT continuam fazendo a defesa daqueles que estão sendo investigados por corrupção?"

Então, é isso que nos impressiona. O cidadão que está aí nos assistindo pela TV Assembleia, o cidadão pagador de imposto, o trabalhador fala assim: "Por que esse povo continua defendendo os seus companheiros e não enxerga a realidade?". É uma pergunta que temos de fazer. Se há tantas pessoas sendo investigadas, sendo denunciadas, as pessoas honradas e sérias não fazem a defesa do jeito que é feito. Olha, tivemos condenações, pessoas cumprindo pena no Presídio da Papuda, e os seus integrantes continuavam defendendo, dizendo que eles não eram culpados, mesmo depois de trânsito em julgado, de sentença penal condenatória pelo STF. Será que a indagação incomoda tanto? E por que incomoda tanto? Fico, deputado Bonifácio Mourão, querendo saber, porque o cidadão fica indignado.

Agora, presidente, vou fazer a pergunta direto ao deputado Rogério Correia. Olha, o senhor é um deputado sério e honrado, então qual é a necessidade de tentar tapar o sol com a peneira? O senhor tem 1 minuto para responder. Pode responder.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Eu lhe respondo muito claramente. Não estou acobertando ninguém. Só que V. Exa. generaliza e cai no erro. Por que V. Exa. não pergunta sobre Aécio Neves e as diversas denúncias contra ele e das quais V. Exa. sabe? V. Exa., que também é sério e honrado, por que acoberta Aécio Neves durante esse tempo todo? V. Exa., que é sério e honrado, por que não fala de Eduardo Azeredo, que, aliás, matou até policial quando V. Exa. e o deputado Cabo



Júlio lideraram greve? V. Exa. esconde Azeredo, que também é denunciado e acusado. V. Exa. esconde apenas os tucanos. Sabe o que V. Exa. é? Um tucanoide, e tucanoide com pavão dá tucanão. V. Exa. virou, então, algo incoerente, que usa a tribuna para perguntar aos deputados do PT e não lhes dá o direito de resposta, como se estivéssemos aqui embaixo e não fôssemos capazes de responder. Então, V. Exa. usa de um artifício covarde, do ponto de vista do diálogo.

V. Exa. falou de corrupção o tempo inteiro e não teve a coragem de falar de Eduardo Azeredo, que V. Exa. sabe que é um corrupto, o pai do mensalão e que V. Exa. vive acobertando. Não acoberto. Aqueles que tiverem de ser punidos na Justiça, que sejam.

O deputado Sargento Rodrigues* – Primeiramente, já cansei de falar o nome de Azeredo da tribuna. V. Exa. está ficando com a cabeça branca, e a memória também deve estar ficando ultrapassada. Citei várias vezes o nome de Azeredo, até porque não sou amigo de Eduardo Azeredo.

Quanto a Aécio Neves, se você me mostrar em quais crimes ele está denunciado igual aos demais, venho aqui também e falo da tribuna. O que estamos ouvindo até o presente momento é só fofoca de WhatsApp, até porque o Supremo se manifestou há pouquíssimos dias falando que a denúncia era descabida e encerrou a ação. Quem falou foi Teori Zavascki, ministro indicado por Dilma Rousseff. Azeredo praticou corrupção? Praticou. Não era mensalão, deputado. V. Exa. sabe disso.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Era mensalão.

O deputado Sargento Rodrigues* – Não era. Mensalão é mesada. Azeredo foi corrupção. Agora, V. Exa. quer que eu leia os nomes dos deputados do PT e do PMDB que receberam dinheiro de Azeredo? Leio. Tenho a lista aqui. Se V. Exa. quiser, faço a leitura agora dos nomes dos deputados do PT e do PMDB que receberam dinheiro do mensalão de Eduardo Azeredo, que V. Exa. mencionou. Eduardo Azeredo tem de pagar pelos crimes, sim. Tem de pagar. Corrupção no PSDB, no PDT, no PT, em qualquer partido, é corrupção. Não interessa o partido. Corrupção em qualquer partido é corrupção.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carola Maria Marques de Castro, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a pedido, a partir de 29/2/2016, Marcos Henrique de Assis, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

exonerando Silvana Carvalho Palhares, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ana Livia Delgado Sagioro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Flávia Cristina Avelino Chaves, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Francisco Marcos Castilho Santos, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes;

nomeando Jose Hertz Cardoso, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Luiz Cadedo, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



TERMO DE ADITAMENTO Nº 2/2016

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Belo Horizonte. Objeto: estabelecer instrumentos para a execução das obras de requalificação da Praça Carlos Chagas, conforme projeto aprovado pelo município. Objeto do aditamento: terceira prorrogação. Vigência: 180 dias a contar de 23/12/2015, com termo final em 20/6/2016. Dotação orçamentária: 10110112270120090001444042.



ERRATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/2/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/2/2016, na pág. 34, sob o título “Comunicação da Presidência”, onde se lê:

“Requerimentos nºs 3.636 a 3.642 e 3.649/2015, da Comissão de Educação, e 3.643 a 3.648/2015, da Comissão de Agropecuária”, leia-se:

“Requerimentos nºs 3.636 a 3.642 e 3.649/2016, da Comissão de Educação, e 3.643 a 3.648/2016, da Comissão de Agropecuária”.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 551/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/2/2016, na pág. 35, nas assinaturas, onde se lê:

“Carlos Pimenta, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Glaycon Franco.”, leia-se:

“Carlos Pimenta, presidente e relator – Doutor Jean Freire – Glaycon Franco.”.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2016, na pág. 44, sob o título “Votação de Requerimentos”, onde se lê:

“Requerimento Ordinário nº 2.441/2015”, leia-se:

“Requerimento Ordinário nº 2.441/2016”.

REQUERIMENTO

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/2/2016, na pág. 57, onde se lê:

“Nº 3.914/2015”, leia-se:

“Nº 3.914/2016”.